

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

VIVIANE APARECIDA CARVALHO

**O MENINO NA LÍNGUA: ERROS DE GÊNERO COMO MARCAS DE
SUBJETIVAÇÃO**

CAMPINAS

2024

VIVIANE APARECIDA CARVALHO

**O MENINO NA LÍNGUA: ERROS DE GÊNERO COMO MARCAS DE
SUBJETIVAÇÃO**

Monografia apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini

CAMPINAS

2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Ana Lucia Siqueira Silva - CRB 8/7956

C253m Carvalho, Viviane Aparecida, 2001-
O menino na língua : erros de gênero como marcas de subjetivação /
Viviane Aparecida Carvalho. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Lauro José Siqueira Baldini.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual de
Campinas (UNICAMP), Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Aquisição de linguagem. 2. Complexo de Édipo. 3. Linguagem e
Psicanálise. I. Baldini, Lauro José Siqueira, 1972-. II. Universidade Estadual
de Campinas (UNICAMP). Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações complementares

Título em outro idioma: The boy in the language : gender errors as marks of
subjectivation

Palavras-chave em inglês:

Language acquisition

Oedipus complex

Language and Psychoanalysis

Área de concentração: Linguística

Titulação: Bacharela

Banca examinadora:

Lauro José Siqueira Baldini [Orientador]

Karine de Medeiros Ribeiro

Kelly Cristina Garcia de Macêdo Alcantara

Data de entrega do trabalho definitivo: 03-12-2024

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Não se aplica

Dados do Aluno	
RA 195482	Nome do(a) Aluno(a) Viviane Aparecida Carvalho
Nível Graduação	Curso 18G - Linguística
Habilitação / Ênfase -	

Dados do Trabalho	
Data/Hora do Exame 03/12/2024 - 11:00	Local Sala de Defesa de Monografia - IEL
Título " O menino na língua: erros de gênero como marcas de subjetivação "	
Código – Nome Disciplina HL509U - Monografia em Linguística	
Orientador Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini	

A Comissão Examinadora foi assim constituída:

Presidente	Nota
Nome Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini / IEL/ Unicamp Assinatura: _____	Matrícula 302655
Membros	
Nome Profa. Dra. Karine de Medeiros Ribeiro / Pesquisador Independente Participação por videoconferência Assinatura: _____	Matrícula 339827
Nome Mestra Kelly Cristina Garcia de Macêdo Alcantara / Instituto de Estudos da Linguagem - Unicamp Assinatura: _____	Matrícula 350866

Coordenadora	
Nome Profa. Dra. Maria Filomena Spatti Sandalo Assinatura: _____	Matrícula 283629

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE

Verifique a autenticidade deste documento na página www.dac.unicamp.br
Código: b1c01f7f98316123cae472f0f6846db1b6cc832e

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Eliane e Marcelo, que sempre acreditam em mim.

Ao meu irmão, Vinícius, que me compreende como ninguém.

Ao meu gato, Tom, que mesmo distante ainda me faz companhia.

Ao meu moço bonito, Leonardo, que me acalenta e me alegra mesmo nos momentos mais difíceis.

À minha doutoranda, Tailana, que me dá os melhores conselhos.

A todos os amigos que a universidade me trouxe. Ao longo dos anos, a depender do momento, me aproximei mais de uns que de outros, mas todos importantes a seu próprio modo.

Aos professores, de antes e de agora, que me guiam nesta jornada.

Ao meu orientador, Lauro, que me ensina a ter coragem.

Ao PsiPoliS, que atentamente me ouve e gentilmente me acolhe.

Ao CEDAE, que me disponibilizou o rico material aqui analisado.

E ao CNPq, cujo financiamento foi imprescindível na realização desta pesquisa.

- O sexo pode ser masculino ou feminino. A palavra "sexo" é masculina. O sexo masculino, o sexo feminino.
- Não devia ser "a sexa"?
- Não.
- Por que não?

(Veríssimo, 2001, p. 53-54)

RESUMO

Situado na interface entre os estudos da linguagem e a psicanálise, este trabalho investiga a relação entre o complexo de Édipo e os erros de gênero gramatical na fala de crianças do sexo masculino. Segundo a teoria interacionista (Lemos, 2006), a criança é capturada pela língua(gem) e, durante seu trajeto de *infans* a falante, assume diferentes posições em uma estrutura que é dominada ora pela fala do outro (primeira posição), ora pelo funcionamento da língua (segunda posição) e ora pela relação do sujeito com sua própria fala (terceira posição). Na segunda posição, foco desta pesquisa, a fala da criança é permeada por “erros”, isto é, estruturas linguísticas inovadoras, divergentes da fala do adulto, que marcam a subjetivação da criança na/pela língua (Figueira, 2005) e sinalizam um distanciamento da fala do outro/adulto. Para Lacan (1998 [1957]), esse distanciamento implicado na trajetória da criança na/pela língua se deve ao caráter constitutivo dos espaços de equívoco na língua. E em Português Brasileiro (PB), um desses espaços de equívoco é o gênero gramatical, descrito por Lemos (2002b) como uma “zona privilegiada de erros”. Quanto a expressões que se referem ao próprio sujeito falante, Figueira (2005) constata que, na fala de crianças do sexo feminino, há um deslizamento unidirecional das marcas de gênero: de um suposto masculino para o feminino (como de “repórter” para “repórta”). Sendo assim, a hipótese deste trabalho é de que, na fala de crianças do sexo masculino, haja um deslizamento também unidirecional das marcas de gênero, porém de sentido contrário: de um suposto feminino para o masculino (como de “banguela” para “banguelo”). O material analisado, atualmente arquivado no Centro de Documentação Alexandre Eulálio (CEDAE – IEL/UNICAMP), provém do Projeto de Aquisição da Linguagem Oral e consiste em gravações em áudio de três sujeitos, FE, LU e TI, observados longitudinalmente (1;09 a 2;04, 1;06 a 2;03 e 0;11 a 5;00, respectivamente). Ao todo, foram encontrados no material dez episódios de erros de gênero gramatical, mas nenhum deles incide sobre expressões que se referem ao próprio sujeito falante. Em seis deles, as marcas de gênero deslizam do feminino para o masculino: “É o (tart)aluga.” (FE 1;11.27); “Tá pe(r)to esse girafa. Pe(r)to do girafa.” (LU 1;09.21); “A fito, mãe.” (TI 2;06.27); “No garagem, né, mãe.” (TI 3;00.08); “A garagem do caminhão é muito bonito.” (TI 3;00.21) e “Peru(a).” (TI 3;05.02). Já nos outros quatro, as marcas de gênero deslizam do masculino para o feminino: “Caminhão com ganha.” (TI 2;07.10); “Na frente da moto-rista.” (TI 2;08.01); “(R)Osa, olha macaco feia.” e “E a mendoim quebrada.” (TI 4;03.13). Em suma, os episódios encontrados não sustentam a hipótese do deslizamento unidirecional (talvez justamente por não incidirem sobre expressões que se referem ao sujeito falante, isto é, por não se valerem dessa motivação semântica do sexo para a marcação de gênero). De todo modo, o trabalho indica o caráter produtivo do erro de gênero gramatical, pois sua ocorrência não se restringe a expressões cujo critério de atribuição de gênero gramatical é semântico (Corbett, 1991) – isto é, não se restringe a expressões em que o gênero gramatical está associado ao sexo do referente. (Apoio: CNPq - Processo 123193/2023-0)

PALAVRAS-CHAVE: Aquisição da Linguagem; Complexo de Édipo; Linguagem e Psicanálise.

ABSTRACT

At the interface between language studies and psychoanalysis, this work investigates the relation between the Oedipus complex and grammatical gender errors in the speech of male children. According to the interactionist theory (Lemos, 2006), the child is captured by language and, during their path from *infans* to speaker, assumes different positions in a structure that is dominated sometimes by the speech of the other (first position), sometimes by the functioning of the language (second position) and sometimes by the subject's relationship with their own speech (third position). In the second position, the focus of this research, the child's speech is permeated by "errors", that is, innovative linguistic structures, divergent from the adult's speech, which mark the child's subjectivation in/through language (Figueira, 2005) and signal a distance from the speech of the other/adult. For Lacan (1998 [1957]), this distance implied in the child's trajectory in/through language is due to the constitutive aspect of equivocation in language. And in Brazilian Portuguese (BP), a space of equivocation is the grammatical genre, described by Lemos (2002b) as a "privileged zone of errors". As for expressions that refer to the speaking subject themselves, Figueira (2005) notes that, in the speech of female children, there is a unidirectional slippage of gender marks: from a supposed masculine to the feminine (as from "*repórter*" to "*repórta*"). Thus, the hypothesis of this work is that, in the speech of male children, there is also a unidirectional slippage of gender marks, but in the opposite direction: from a supposed feminine to the masculine (as from "*banguela*" to "*banguelo*"). The analyzed material, currently archived at the *Centro de Documentação Alexandre Eulálio (CEDAE – IEL/UNICAMP)*, comes from the *Projeto de Aquisição da Linguagem Oral* and consists of audio recordings of three subjects, FE, LU and TI, observed longitudinally (1;09 to 2;04, 1;06 to 2;03 and 0;11 to 5;00, respectively). In all, ten episodes of grammatical gender errors were found in the material, but none of them focuses on expressions that refer to the speaking subject himself. In six of them, gender marks slip from feminine to masculine: "*É o (tart)aluga.*" (FE 1;11.27); "*Tá pe(r)to esse girafa. Pe(r)to do girafa.*" (LU 1;09.21); "*A fito, mãe.*" (TI 2;06.27); "*No garagem, né, mãe.*" (TI 3;00.08); "*A garagem do caminhão é muito bonito.*" (TI 3;00.21) e "*Peru(a).*" (TI 3;05.02). In the other four, the gender marks slip from male to female: "*Caminhão com gancha.*" (TI 2;07.10); "*Na frente da moto-rista.*" (TI 2;08.01); "*(R)Osa, olha macaco feia.*" e "*E a mendoim quebrada.*" (TI 4;03.13). To summarize, the episodes found do not support the hypothesis of unidirectional slippage (perhaps precisely because they do not focus on expressions that refer to the speaking subject, that is, because they do not use the sex of the subject as semantic motivation for gender marking). Regardless, this work indicates the productivity of the grammatical gender error, since its occurrence is not restricted to expressions whose criterion for assigning grammatical gender is semantic (Corbett, 1991) – that is, it is not restricted to expressions in which the grammatical gender is associated with the sex of the referent. (Financial Support: CNPq - Process 123193/2023-0).

KEYWORDS: Language Acquisition; Oedipus Complex; Language and Psychoanalysis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 O GÊNERO COMO CATEGORIA GRAMATICAL.....	12
2.1 A marcação morfológica de gênero no Português Brasileiro.....	12
2.2 A discussão sobre a natureza flexional ou derivacional do gênero.....	16
2.3 A correlação entre gênero gramatical e sexo.....	20
3 A TRAJETÓRIA DA CRIANÇA NA/PELA LÍNGUA.....	23
3.1 Metáfora e metonímia como mecanismos de mudança.....	24
3.2 Primeiro tempo e primeira posição.....	29
3.3 Segundo tempo e segunda posição.....	31
3.4 Terceiro tempo e terceira posição.....	33
4 O GÊNERO COMO ZONA PRIVILEGIADA DE ERROS.....	36
5 O MÉTODO E O DADO.....	38
6 O MATERIAL SOB O OLHAR DO ERRO DE GÊNERO GRAMATICAL.....	41
7 O MATERIAL SOB OUTROS (BREVES) OLHARES.....	49
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação entre flexão e derivação.....	17
Quadro 2 – Uma lista de propriedades de flexão e derivação.....	18

1 INTRODUÇÃO

Em português, a complexa relação entre gênero gramatical e sexo é posta em questão por gramáticos (de João de Barros a Evanildo Bechara), por escritores (como Carlos Drummond de Andrade e Luis Fernando Veríssimo), por falantes comuns (em manuais para o uso da linguagem neutra e as discussões advindas disso) e mesmo por crianças durante o processo de aquisição da linguagem:

(A e J, as duas irmãs, ouvem um programa de auditório na tevê; a certa altura o apresentador dirige-se ao auditório com a saudação: Bom dia!)

A: (A mais velha.) **Bom dia!**

(J, a mais nova, faz uma intervenção, “corrigindo” a irmã.)

J: **Bom dia é para homem. Bom dia é para mulher.**

(D – 5;2.17)¹

(Figueira, 2005, p. 39, grifos nossos)

Para a teoria interacionista de Lemos – teoria na qual Figueira (2005) e também este trabalho se inscrevem –, a aquisição da linguagem é um processo de subjetivação no qual a criança é capturada pela lingua(gem), por um funcionamento linguístico-discursivo que a significa e que também lhe permite significar (Lemos, 2002b). E, de fato, a partir de determinado momento desse processo, a fala da criança é permeada por “erros”, isto é, por estruturas linguísticas inovadoras, divergentes da fala do adulto, que sinalizam (juntamente com a impermeabilidade às correções²) um distanciamento da fala do outro, evidenciando essa captura do sujeito pela lingua(gem) (Figueira, 2010).

Para a psicanálise lacaniana, esse distanciamento da fala do outro se torna possível devido à barra/barreira entre significante e significado, ao caráter constitutivo dos espaços de equívoco na língua (Lacan, 1998 [1957]; Lemos, 2016). Em português, um desses espaços de equívoco é, justamente, o gênero gramatical, porque nele se cruzam a língua e a diferença sexual, a trajetória da criança na/pela língua e a travessia da criança pelo complexo de Édipo.

Inicialmente teorizado por Freud (2011 [1924], 2011 [1925]), o complexo de Édipo é o principal fenômeno sexual da infância. Seu nome remonta à tragédia de Sófocles, “Édipo rei”, na qual o herói está destinado a matar o próprio pai e desposar a própria mãe. Mas, apesar das tentativas de evitar esse destino (ou, na verdade, por causa delas), Édipo acaba por cumpri-lo (Freud, 2014 [1917b]; Sófocles, 1997 [1989]). Assim, do mesmo modo que “Édipo rei” é uma lenda que explica a noção de destino, o complexo de Édipo é um mito, uma narrativa simbólica, que explica a

¹ Os números entre parênteses indicam a idade da criança na seguinte ordem: anos; meses. dias.

² “Impermeabilidade” no sentido de que a criança não reconhece a diferença entre a sua fala e a fala do outro, não sendo, portanto, “permeável” às correções feitas/sugeridas pelo adulto.

relação do sujeito com a sexualidade, com tudo aquilo que reúne a diferença sexual e a satisfação (Freud, 2014 [1917a]). Nesse sentido, o complexo de Édipo é o fenômeno pelo qual se constituem, inconscientemente, no sujeito: (1) a identificação com uma postura masculina ou feminina; (2) a escolha de um objeto privilegiado de desejo; e (3) o modo de sofrimento psíquico (Freud, 2014 [1926]).

Remetendo, então, à investigação da criança sobre a diferença sexual, à equívocidade da língua, à incidência do real, o erro de gênero gramatical é uma “zona privilegiada” de erros, de dispersões e turbulências (Lemos, 2002b), fruto do deslocamento de discurso, da suspensão do significante; é, em suma, o inconsciente que fala (Lemos, 2016).

Ao analisar a fala de meninas entre 2 e 5 anos de idade, Figueira (2005) conclui que, em expressões que se referem ao próprio sujeito falante, os erros de gênero gramatical tendem ao feminino – isto é, as marcas de gênero deslizam de um suposto masculino para o feminino. Como em:

(J brinca de fazer entrevistas, como se fosse o repórter na televisão)
 M: Eu tava perguntando se ia sair ou não a reportagem, Ju. E você é o repórter.
 J: (levantando a voz) **Reporta**.
 M: (rindo) “Reporta”? Por que “reporta”?
 J: Porque reporta é mulher. Que eu não quero ser homem. Eu sou reporta, vai.
 (D – 4;6.1) (Figueira, 2005, p. 38, grifos nossos)

Inspirado em Figueira (2005), o objetivo geral deste trabalho é investigar se, na fala de meninos entre 2 e 5 anos de idade, em expressões que se referem ao próprio sujeito falante, os erros de gênero gramatical tendem ao masculino – isto é, se as marcas de gênero deslizam de um suposto feminino para o masculino. Como em:

(A mãe de Pedro chama a atenção do garoto para Lucas, que tem 6 anos e que acaba de perder seus dentes de leite)
 M: Cê viu o Lucas? Cê viu, Pedro? O Lucas tá banguela.
 P: Não é banguela, é **banguelo**.
 (D – 2;4) (Figueira, 2005, p. 39, grifos nossos)

Tendo em vista o caráter singular do erro – isto é, tendo em vista que as crianças erram em quantidades e em lugares diferentes e também de modos diferentes (Figueira, 2015) –, este trabalho se beneficia da metodologia longitudinal. Assim como o material analisado por Figueira (2005), o material deste trabalho provém de gravações coletadas pelo Projeto de Aquisição da Linguagem Oral (1970 – 1988) e atualmente arquivadas no Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio (CEDAE – IEL/UNICAMP). Essas gravações consistem em áudios semanais

de cerca de 30 minutos de duração, nos quais o sujeito (de classe média alta, filho de professores universitários) interage com investigadores e/ou familiares próximos em atividades e em ambientes cotidianos. Ao todo, foram observados longitudinalmente 3 sujeitos: FE (1;09 a 2;04, em 29 gravações), LU (1;06 a 2;03, em 23 gravações) e TI (0;11 a 5;00, em 137 gravações)³.

Será que, assim como as meninas inscrevem, na língua, sua “inegociável condição de menina” (Figueira, 2005, p. 38), os meninos inscrevem, na língua, sua inegociável condição de menino?

Para buscar uma resposta a essa pergunta, inicialmente exploramos, no segundo capítulo, o funcionamento da marcação de gênero em Português Brasileiro (PB). Logo em seguida, apresentamos brevemente a discussão acerca da natureza dessa categoria gramatical e, por fim, discutimos sobre a possibilidade de correlação entre gênero gramatical e sexo, em especial durante o período de aquisição.

Então, no terceiro capítulo, introduzimos os pressupostos da teoria interacionista de aquisição da linguagem, traçando um breve percurso pela trajetória da criança na/pela língua.

Em seguida, no quarto capítulo, assinalamos a relevância teórica do estudo do erro na fala da criança, bem como o objetivo geral e a hipótese deste trabalho.

No quinto capítulo, apontamos algumas vantagens e desvantagens da metodologia longitudinal, adotada pela teoria interacionista, e também apresentamos mais detalhadamente o Projeto de Aquisição da Linguagem Oral (CEDAE – IEL/UNICAMP) e o material a ser analisado neste trabalho.

Já no sexto capítulo, analisamos os dez episódios de erros de gênero gramatical encontrados nas falas de FE, LU e TI, e, no sétimo capítulo, analisamos também alguns outros episódios que exemplificam a fala da criança na primeira e na terceira posições, bem como episódios que indicam como a diferença entre gêneros se revela para a criança também no plano discursivo.

Por fim, no oitavo e último capítulo, apresentamos as contribuições e as considerações finais deste trabalho, elencando questionamentos e apontando para possíveis investigações futuras.

³ Os números entre parênteses indicam a idade da criança na seguinte ordem: anos; meses.

2 O GÊNERO COMO CATEGORIA GRAMATICAL

Segundo Mattoso Câmara (2019 [1970]), em Português Brasileiro (PB), o gênero é uma categoria gramatical obrigatória nos nomes que os distribui em classes mórficas, assim como a conjugação faz com os verbos. A diferença entre gênero e conjugação é o fato de que o primeiro, opondo masculino e feminino, frequentemente distingue os seres (inanimados ou animados) por certas qualidades semânticas. Por exemplo, no par “horto - horta”, o gênero distingue a função dos lugares; já nos pares “gato - gata” e “menino - menina”, distingue o sexo dos seres⁴.

Conforme explica o mesmo autor em outra obra (Mattoso Câmara, 1972), as línguas românicas de modo geral apresentam um sistema de gênero binário: masculino ou feminino. E é notável o fato de que, desde o surgimento do português, ocorreram mudanças no gênero gramatical de diversas palavras provenientes do latim (Gouveia, 2005).

Atualmente, o PB apresenta pares de palavras que variam em gênero gramatical por heteronímia (como “homem/mulher”) e pares de palavras que variam em gênero gramatical pela marcação morfológica (como “menino - menina”). Neste capítulo, partindo dos estudos pioneiros de Mattoso Câmara (2021 [1969], 2019 [1970], 1972, 1985 [1975]), exploraremos o funcionamento dessa marcação e apresentaremos brevemente a discussão sobre a natureza da categoria de gênero – se flexional ou derivacional. Em seguida, discutiremos sobre a possibilidade de correlação entre gênero gramatical e sexo, em especial durante o período de aquisição.

2.1 A marcação morfológica de gênero no Português Brasileiro

De acordo com Mattoso Câmara (1972), inicialmente entre substantivos e adjetivos não existe diferença de forma, porque, em uma expressão, ambos podem exercer o papel de determinante ou de determinado – tanto é possível dizer “marinheiro brasileiro” quanto “brasileiro marinheiro”, por exemplo. Mas morfológicamente ainda é possível distinguir palavras que são usualmente substantivas e outras, usualmente adjetivas.

⁴ Contudo, é notável o fato de que, em alguns dos pares que se referem a seres humanos, a palavra feminina é frequentemente associada ao campo da sexualidade: “vagabundo - vagabunda”, “(o) galinha - (a) galinha”, “garoto de rua - garota de rua”, entre outros (Possenti, 2022).

Tendo, pois, essa distinção em mente, Mattoso Câmara (1985 [1975]) constata que, no português, a divisão entre masculino e feminino é mais clara nos adjetivos que nos substantivos. Porque, categoricamente, os adjetivos de tema “-e” não apresentam flexão⁵ de feminino (como “triste” e “feliz”), enquanto os de tema “-o”, sim (como “bonito - bonita”); já os substantivos de tema “-e” podem apresentar feminino em “-a” (como “mestre - mestra” e “professor - professora”)⁶. Ou seja, nos adjetivos que apresentam marca morfológica de gênero, há uma clara oposição entre “-o” (para masculino) e “-a” (para feminino), enquanto que nos substantivos, não necessariamente.

A fim de explicar as regras de funcionamento da marcação morfológica de gênero, Mattoso Câmara (2019 [1970]) inicialmente divide os nomes da língua portuguesa em 3 tipos, de acordo com o gênero gramatical:

- (1) Nomes de gênero único: (a) tribo, (o) colibri, (o) homem, (a) mulher⁷, (a) criança⁸, (o) tigre⁹;
- (2) Nomes de dois gêneros sem flexão¹⁰: (o/a) intérprete, (o/a) mártir;
- (3) Nomes de dois gêneros com uma flexão redundante: (o) menino, (a) menina, (o) gato, (a) gata, (o) mestre, (a) mestra, (o) professor, (a) professora.

Ressaltando que a marcação morfológica de gênero está presente apenas nos nomes do terceiro tipo, o linguista brasileiro propõe a existência de uma oposição privativa formal entre masculino e feminino, sendo o primeiro a forma não marcada (de morfema zero) e o segundo, a forma marcada (geralmente de morfema “-a”).

Por se tratar de uma oposição privativa, a desinência de feminino “-a” só existe em função da oposição com um masculino de desinência zero, em consonância com o princípio saussuriano de que “tudo é oposição” na língua (Saussure, 2006 [1916], p. 141) e, ainda, que “a língua pode contentar-se com a

⁵ Para Mattoso Câmara (2021 [1969], 2019 [1970]), o gênero em PB é caracterizado como uma flexão nominal. Entretanto esta análise não é um consenso em Linguística, conforme (brevemente) apresentado na seção seguinte.

⁶ Uma boa ilustração dessa diferença de comportamento entre adjetivos e substantivos de tema “-e” são as palavras derivadas com “-ês”. Aquelas que são usualmente adjetivas não apresentam flexão de gênero (como “cortês”); já as usualmente substantivas, sim (como “português - portuguesa”) (Mattoso Câmara, 1972).

⁷ Nota-se que neste grupo estão incluídos os nomes heterônimos, que, por se tratarem de uma variação em nível lexical, apresentam radicais diferentes para o masculino e o feminino. Além de “homem/mulher”, em PB também existem “genro/nora”, “cavalo/égua”, “zangão/abelha” e outros.

⁸ E outros substantivos sobrecomuns.

⁹ E outros substantivos epicenos.

¹⁰ Chamados de “comuns de dois gêneros” pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (BRASIL, 1959).

oposição de alguma coisa com nada” (Saussure, 2006 [1916], p. 102). Nas palavras de Mattoso Câmara (1972, p. 120): “o elemento lingüístico [sic] não é a substância fônica, em si mesma; é a relação opositiva que por meio dela se estabelece e cria na comunicação lingüística [sic] distinções formais”. Assim, não se confunde a desinência de gênero (como em “garota” e “autora”) e a vogal temática (como em “poeta” e “artista”).

Essa oposição privativa se mostra econômica e produtiva para Martin (1975), que, a partir da análise de frases como “Uma cerveja seria ótimo”, “Aqui é bom” e “Está frio nesta sala”, concorda com o linguista brasileiro na descrição do masculino como forma não marcada. E, indo além, o linguista canadense chega a propor que os termos “masculino” e “feminino” sejam substituídos nas gramáticas escolares e nas análises lingüísticas pelos termos “não marcado” e “marcado”, respectivamente – evitando, assim, conclusões precipitadas quanto ao funcionamento da concordância nominal.

Contudo, essa oposição privativa se mostra reducionista para Kehdi (1979, 1990), que argumenta a favor da correlação entre “-o” e a noção de masculino, visto que (1) ao acrescentar uma terminação que contém “-o” a uma palavra feminina, essa palavra se torna masculina (como “mulher/mulheraço”, “cabeça/cabeçalho” e “casa/casarão”), enquanto o mesmo não necessariamente acontece com “-e”; e (2) as pessoas, em sua “linguagem espontânea” (Kehdi, 1979), criam formas masculinas em “-o” que se opõem às femininas em “-a” (como “coisa/coiso” e “criança/crianço”). Sendo assim, o masculino é também uma forma marcada, cuja desinência “-o” apresenta as variantes \emptyset (“peru - perua”) e “-u” semivocálico (“mau - má”) – ou seja, segundo o autor, além de uma oposição privativa, existe também uma oposição equipolente na flexão de gênero em PB.

De todo modo, a relevância das regras de marcação de gênero propostas por Mattoso Câmara (2019 [1970], 1972, 1985 [1975]) é bem reconhecida na Linguística – tanto que gramáticos como Rocha Lima (2011 [1957])¹¹, Bechara (2009 [1961])¹² e Cunha & Cintra (2016 [1985]) as incorporam em seus trabalhos. São elas:

¹¹ Desde sua publicação original, a gramática foi revisada e atualizada pelo autor até 1991, ano de seu falecimento.

¹² Desde sua publicação original, a gramática tem sido revisada e atualizada pelo autor.

- (1) supressão da vogal átona do tema nominal (quando houver) e acréscimo da desinência “-a” (como o par “lobo - loba”, “presidente - presidenta”, “cantor - cantora”, “nu - nua”)¹³;
- (2) desnasalação de /oN/ e acréscimo da desinência “-a” (como em “bom - boa”, “leão - leoa”);
- (3) transformação do sufixo aumentativo /oN/ – no singular realizado como “-ão” e no plural, como “-ões” – em /n/ no ataque da sílaba seguinte e acréscimo da desinência “-a” (como “valentão - valentona”);
- (4) supressão da vogal do tema, “-o”, em palavras de sufixo /aN/ (por exemplo: “anão - anã”);
- (5) abertura da vogal média tônica do radical:
 - (5.1) apenas abertura de /o/ (como o par “avô” e “avó”);
 - (5.2) abertura de /e/ ou /o/ acompanhada de acréscimo da desinência “-a” (como em “esse - essa”, “grosso - grossa”);
 - (5.3) abertura (opcional) de /e/ após supressão da vogal do tema de “-eu”, acréscimo da desinência “-a” e ditongação (tal como “europeu - europeia”, “marquês - marquesa”)¹⁴.

No entanto, é preciso ter também em mente a ressalva feita por Mattoso Câmara (2021 [1969], 2019 [1970]) – e, posteriormente, também por Rocha Lima (2020 [1957]), Bechara (2009 [1961]) e Cunha & Cintra, 2016 [1985]) –: para o linguista brasileiro, a marcação de gênero em português é redundante, porque, independentemente de o nome apresentá-la ou não, o artigo¹⁵ que (atualmente ou potencialmente) acompanha esse nome já indica seu gênero.

De modo geral, o campo dos estudos linguísticos reconhece a acuracidade da oposição privativa e das regras de formação do feminino propostas por Mattoso Câmara (2021 [1969], 2019 [1970], 1972, 1985 [1975]). Porém, a definição do gênero em português como flexão não é um consenso entre linguistas.

¹³ De acordo com Mattoso Câmara (2019 [1970]), esta é a regra morfofonêmica básica e as regras seguintes, seus alomorfes.

¹⁴ Esporadicamente, o sufixo “-eu” se transforma em “-ia” no feminino (como “judeu - judia”) (Mattoso Câmara, 1972).

¹⁵ Assim como outros determinantes e os adjetivos.

2.2 A discussão sobre a natureza flexional ou derivacional do gênero

A classificação da categoria de gênero gramatical como pertencente ao paradigma flexional ou derivacional ainda é motivo de debate na Linguística. De acordo com Mattoso Câmara (2021 [1969], 2019 [1970]), a diferenciação entre processos flexionais e derivacionais foi inicialmente proposta na Antiguidade pelos gramáticos Dionísio da Trácia e Marco Terêncio Varrão. Em “*Tékhne Grammatiké*”, Dionísio da Trácia opõe *ptosis* (“queda/caso”, flexão) a *eidos* (“tipo”, derivação). De maneira análoga, em “*De lingua latina*”, Varrão opõe *declinatio*¹⁶ *naturalis* (flexão) e *declinatio voluntaria* (derivação): a primeira é relativa à “natureza da frase”, e a segunda, a “processos desconexos e variados” (Mattoso Câmara, 2021 [1969], 2019 [1970]).

Aprofundando-se na diferenciação proposta pelos gramáticos antigos, Mattoso Câmara (2021 [1969], 2019 [1970]) define a flexão como um processo (1) regular, com pouca variação; (2) obrigatório para toda uma classe de palavras; e (3) que resulta do fenômeno da concordância. Em seguida, o autor define a derivação, oposta à flexão, como um processo (1) irregular, com muita variação; (2) não obrigatório para toda uma classe de palavras; e (3) que não resulta do fenômeno da concordância (dando origem, assim, a um novo vocábulo). Portanto, a partir dessas definições, o autor conclui que o gênero em PB é uma flexão nominal – embora reconheça algumas exceções, como os pares que se opõem em gênero por heteronímia, ou seja, por variação lexical, (como boi/vaca), aqueles que se opõem por derivação (como galo/galinha, conde/condessa, perdigão/perdiz) e aqueles que se opõem por adjetivo qualificativo (como tigre macho/fêmea) (Mattoso Câmara, 1985 [1975]).

E embora Mattoso Câmara (2021 [1969], 2019 [1970], 1985 [1975]) e Kehdi (1979, 1990) discordem quanto à exclusividade da oposição privativa no gênero em português, ambos os linguistas concordam quanto à natureza flexional do gênero em PB, reconhecendo, inclusive, as mesmas exceções – ao que se conclui que Mattoso Câmara (2021 [1969], 2019 [1970], 1985 [1975]) e Kehdi (1979, 1990) apresentam uma análise clara e rigorosa sobre o caráter flexional do gênero em PB.

¹⁶ Embora Mattoso Câmara (2021 [1969], 2019 [1970]) mencione em sua obra o termo “*derivatio*”, Ruy (2013) encontra “*declinatio*” na obra de Varrão; mas a autora afirma logo em seguida que o engano terminológico não reduz o mérito da descrição científica feita pelo gramático latino.

Entretanto, Sandmann (1991) defende que as fronteiras entre flexão e derivação não são nítidas. Para sustentar sua análise, o linguista propõe outros critérios que diferenciam os processos de flexão e derivação, conforme o quadro comparativo a seguir:

Quadro 1 – Comparação entre flexão e derivação

Flexão	Derivação
sistema completo/fechado	sistema lacunar/aberto
resulta em uma forma vocabular de um lexema	resulta em um (novo) lexema
transparência no sentido: o todo é a soma das partes	opacidade no sentido: o todo não é a soma das partes
menos inovador	mais inovador
determinada por fatores sintáticos (<i>naturalis</i>)	determinada por fatores pragmáticos, contextuais ou semânticos (<i>voluntaria</i>)

Fonte: Elaboração própria com base em Sandmann (1991).

De acordo com essas definições, Sandmann (1991) conclui que o gênero é um mecanismo linguístico complexo sobre o qual se acionam simultaneamente regras de derivação e de flexão: o morfema de gênero no substantivo é um traço lexical, ou seja, resultado de um processo derivacional; enquanto o morfema de gênero no adjetivo é um traço gramatical, ou seja, resultado de um processo flexional:

O morfema que indica o gênero nos substantivos, como já vimos, é imanente ou inferente ao substantivo, tem força semântica, sendo inserido, portanto, na linguagem da gramática gerativa, juntamente com o substantivo de que é parte, na estrutura profunda da sentença. Em outras palavras, ele é um traço lexical, é um sufixo. Já nos adjetivos o morfema de gênero é uma flexão, depende do gênero do substantivo com que concorda, sendo, portanto, dependente. É um traço gramatical, não tem força semântica e é inserido na frase em sua estrutura de superfície. (Sandmann, 1991, p. 41)

Mattoso Câmara (1985 [1975], p. 84, grifo do autor) já havia afirmado que “a flexão de feminino é característica dos adjetivos de tema em -o, e é pela concordância em gênero desses adjetivos que se explicita, em princípio, o gênero dos substantivos”. E ainda: “Essa situação gramatical já era a da língua latina. A marca do gênero de um substantivo latino não estava nêle [sic] em princípio, mas no adjetivo que podia funcionar como seu modificador.” (Mattoso Câmara, 1972, p. 121). Entretanto, o autor não propôs a classificação do gênero no substantivo como derivacional e no adjetivo como flexional – e é justamente em relação a este ponto que a análise de Sandmann (1991) se diferencia da de Mattoso Câmara (2021 [1969], 2019 [1970], 1972, 1985 [1975]).

Assim, a análise de Sandmann (1991) permite explicar porque a formação do feminino no adjetivo se dá de modo mecânico e automático, enquanto a formação do feminino no substantivo é mais difícil e demorada, dependente e muitas vezes adiada por fatores culturais¹⁷.

Por esse e outros motivos, a análise de Sandmann (1991) é incorporada por Perini (2016), que distingue gênero inerente de gênero governado, e adotada por Cintra (2004), que propõe abandonar a dicotomia entre masculino e feminino e considerar a ocorrência de um único morfema, denominado “especificador” – à semelhança de Martin (1975).

De modo geral, ao comparar as análises de Mattoso Câmara (2021 [1969], 2019 [1970]) e Sandmann (1991), nota-se que o primeiro adota uma abordagem dicotômica, que distingue formalmente os paradigmas flexional e derivacional, enquanto o segundo parece se aproximar mais de uma abordagem contínua, que dispõe esses paradigmas nos extremos de um *continuum*, estando o processo de formação de determinada palavra mais próximo de um ou de outro.

De acordo com Haspelmath & Sims (2010), ambas as abordagens são importantes para a Linguística e a adesão a uma ou a outra depende das propriedades consideradas na análise do fenômeno estudado, reproduzidas a seguir:

Quadro 2 – Uma lista de propriedades de flexão e derivação

	Flexão	Derivação
(1)	relevante para a sintaxe	não relevante para a sintaxe
(2)	expressão obrigatória de traço	expressão não obrigatória de traço
(3)	aplicabilidade ilimitada	aplicabilidade possivelmente limitada
(4)	mesmo conceito base	novo conceito
(5)	significado relativamente abstrato	significado relativamente concreto
(6)	significado composicional	significado possivelmente não composicional
(7)	expressão na periferia da palavra	expressão próxima à base
(8)	menos alomorfia de base	mais alomorfia de base
(9)	sem mudança na classe de palavra	possível mudança na classe de palavra

¹⁷ Vide as menções do autor aos nomes “desembargadora”, “soldada” e “primeira-ministra” (Sandmann, 1991).

(10)	possibilidade de expressão cumulativa	sem expressão cumulativa
(11)	não iterável	possivelmente iterável

Fonte: Haspelmath & Sims (2010, p. 90, tradução nossa).

Segundo os autores, adeptos da abordagem dicotômica dão relevância especial para os 3 primeiros critérios, que tendem a categorizar um determinado traço morfológico da mesma maneira (ou como flexão ou como derivação). Entretanto, adeptos da abordagem contínua consideram todos os 11 critérios, que caracterizam um determinado traço morfológico de diferentes maneiras (ora como flexão, ora como derivação).

Haspelmath & Sims (2010) afirmam, portanto, que os linguistas devem decidir se os 3 primeiros critérios são os mais importantes ou se todos os 11 critérios têm igual importância. A primeira decisão levaria à conclusão de que flexão e derivação são processos morfológicos dicotômicos, enquanto a segunda decisão, de que flexão e derivação estão dispostos nas extremidades de um *continuum* de propriedades morfológicas.

Além disso, ainda de acordo com os autores, também é possível que adeptos tanto da abordagem dicotômica quanto da abordagem contínua assumam uma posição que diferencie derivação, flexão inerente, flexão contextual. A flexão inerente se refere aos traços morfológicos atribuídos a uma palavra de acordo com informações "independentes" sistematicamente (como o referente dessa palavra). Já a flexão contextual se refere aos traços morfológicos atribuídos a uma palavra devido ao contexto sintático em que aparece. Assim, é possível que um traço seja inerente para uma classe de palavras, e contextual para outras – como constata Sandmann (1991) em sua análise sobre o gênero nos substantivos e nos adjetivos, respectivamente.

Em suma, o debate a respeito da dicotomia ou do contínuo entre flexão e derivação é relevante no campo dos estudos linguísticos, porque influencia significativamente a descrição formal da arquitetura morfológica (Haspelmath & Sims, 2010). Tendo reconhecido a relevância desse debate e tendo apresentado brevemente seus principais aspectos, a próxima seção se volta para a discussão entre especialistas e não especialistas sobre a correlação entre o gênero gramatical das palavras e o sexo dos referentes.

2.3 A correlação entre gênero gramatical e sexo

Segundo Mattoso Câmara (2021 [1969], 2019 [1970], 1972), existe uma correlação entre a categoria de gênero e a distinção de sexos no reino animal. Mas essa correlação apresenta limitações, porque (1) existem nomes que não se referem a seres do reino animal, mas que mesmo assim têm gênero (“o livro”, “a vila”, “o cometa”, “o bar”, “a flor”, “o pente”, “a ponte”); e (2) existem nomes de gênero único que se referem a seres do reino animal, como os epicenos (referentes a animais) e os sobrecomuns (referentes a pessoas). Sendo assim, para o autor, é contraproducente assumir o critério do sexo como ponto de partida para a descrição da categoria de gênero gramatical em português.

De fato, Corbett (1991) afirma que a classificação dos nomes em gêneros gramaticais varia de uma língua para outra, podendo operar por critérios formais (morfofonológicos)¹⁸ e/ou semânticos¹⁹. Contudo, o autor ressalta que, embora existam línguas cuja classificação é exclusivamente semântica, não existem línguas cuja classificação seja exclusivamente formal. Assim, “o gênero sempre tem uma base semântica” e ainda “mesmo nos sistemas mais próximos da extremidade formal do espectro, há uma considerável sobreposição [dos critérios formais] com critérios semânticos e, quando os dois estão em conflito, é o critério semântico que tipicamente domina” (Corbett, 1991, p. 307-308, tradução nossa)²⁰ – sobreposição essa que atribuímos aos fato de a conotação de um morfema não ser uma questão propriamente de língua, mas de discurso, de uso contextual e historicamente situado (Possenti, 2020).

Em português, essa sobreposição de critérios morfofonológicos e semânticos geralmente se refere à correlação entre gênero gramatical e sexo, correlação essa que pode ser atestada: (1) na própria origem do sistema de gênero em protoindo-europeu; (2) nas atuais discussões sobre a linguagem neutra e (3) em falas de crianças durante a aquisição.

De acordo com Luraghi (2011), o sistema de gênero em uma dada língua pode surgir de duas formas: (1) “de cima”, por meio da gramaticalização dos

¹⁸ Como o tipo de declinação, o afixo, o fonema final, a posição do acento fonológico, entre outros (Corbett, 1991).

¹⁹ Como as distinções animado - inanimado, humano - não humano, masculino - feminino, entre outras (Corbett, 1991).

²⁰ No original: “gender always has a basis in semantics” e “even in the systems nearest to the formal end of the spectrum there is a considerable overlap with semantic criteria and, when the two are in conflict, it is typically the semantic criterion which dominates.”

classificadores nominais – como em algumas línguas africanas²¹ –; ou (2) “de baixo”, por meio do estabelecimento de concordância entre grupos nominais com comportamentos morfossintáticos diferentes – como no protoindo-europeu. Enquanto os gêneros “de cima” cumprem primariamente a função de classificação nominal²², os gêneros “de baixo” cumprem primariamente a função de referência anafórica²³ – e é por essa razão, ainda segundo a autora, que os gêneros “de baixo” tendem a ser baseados no sexo, porque “homens e mulheres são entidades igualmente proeminentes no discurso e elegíveis à função de tópico” (Luraghi, 2011, p. 459, tradução nossa)²⁴. É notável, portanto, que o surgimento do gênero em protoindo-europeu tem uma base na semântica – mais precisamente, na correlação entre gênero gramatical e sexo.

Já as atuais discussões sobre a linguagem neutra demonstram que, de modo geral, falantes de PB interpretam as formas “não marcadas” (Mattoso Câmara, 2021 [1969], 2019 [1970]) como verdadeiramente masculinas – ou seja, há, nessa interpretação dos falantes, uma sobreposição de critérios morfofonológicos e semânticos. E, por se sentirem excluídos pelo uso generalizante desse masculino, alguns falantes propõem o uso de um sistema gramatical que apresenta desinências masculinas, femininas e não binárias – na tentativa, justamente, de “contemplar todos os gêneros e validá-los no discurso” (Almeida, 2020, p. 5; Possenti, 2020)²⁵.

Por fim, a sobreposição de critérios morfofonológicos e semânticos também pode ser atestada na fala de crianças durante a aquisição de PB como língua materna. Estudos interacionistas revelam que essas crianças de fato associam gênero gramatical e sexo, relacionando “-a” ao feminino e “-o”, ao masculino:

(A e J, as duas irmãs, ouvem um programa de auditório na tevê; a certa altura o apresentador dirige-se ao auditório com a saudação: Bom dia!)

A: (A mais velha.) **Bom dia!**

(J, a mais nova, faz uma intervenção, “corrigindo” a irmã.)

J: **Bom dia é para homem. Bom dia é para mulher.**

(D – 5;2.17)

(Figueira, 2005, p. 39, grifos nossos)

²¹ A autora, infelizmente, não especifica quais são.

²² Função já descrita no início do capítulo, tomando como base Mattoso Câmara (2019 [1970]), para quem o gênero distingue semanticamente os seres (por exemplo: “horto - horta”, “gato - gata”).

²³ Função que permite a referência cruzada de constituintes, eliminando ambiguidades por meio da concordância nominal (por exemplo: “Paula insistiu com Gustavo que o problema era dele e não dela”, “O jarro caiu dentro da tigela, mas ela não quebrou”).

²⁴ No original: “male and female humans are equally discourse prominent and topic-worthy entities” (Luraghi, 2011, p. 459).

²⁵ Desde a popularização da proposta, inúmeros linguistas têm descrito e problematizado o fenômeno da linguagem neutra sob diferentes perspectivas. A esse respeito, consultar Barbosa Filho & Othero (2020) e Schwindt (2020).

(J brinca de fazer entrevistas, como se fosse o repórter na televisão)

M: Eu tava perguntando se ia sair ou não a reportagem, Ju. E você é o repórter.

J: (levantando a voz) **Reporta.**

M: (rindo) “Reporta”? Por que “reporta”?

J: **Porque reporta é mulher. Que eu não quero ser homem. Eu sou reporta, vai.**

(D – 4;6.1)

(Figueira, 2005, p. 38, grifos nossos)

O que, afinal, a fala da criança tem a nos mostrar sobre a correlação entre gênero gramatical e sexo? É pela via da aquisição da linguagem que adentramos a discussão sobre como “o mistério da sexualidade surge em meio às problemáticas da ciência linguística” (Gadet & Pêcheux, 2004 [1981], p. 51).

3 A TRAJETÓRIA DA CRIANÇA NA/PELA LÍNGUA

Segundo Scarpa (2001), a Aquisição da Linguagem é uma área híbrida, heterogênea, que reúne teorias da Linguística e da Psicologia, fazendo com que ambos os campos sejam repensados e renovados. Ainda de acordo com a autora, a área de Aquisição da Linguagem recobre as seguintes subáreas: aquisição de língua materna²⁶, aquisição de segunda língua²⁷ e aquisição da escrita.

Para descrever o processo pelo qual uma criança se torna falante de uma língua, a teoria gerativa de aquisição da linguagem se ampara na noção de desenvolvimento. Essa teoria adota uma postura inatista e mentalista, segundo a qual a linguagem é uma dotação genética da espécie humana e sua aquisição se dá por meio de um dispositivo/componente inato, inscrito na mente. A língua é tomada, então, como objeto a ser progressivamente apropriado/apreendido/adquirido pelo indivíduo, detentor da capacidade linguística necessária para tal feito (Chomsky, 1994 [1986])²⁸.

Contudo, a teoria interacionista de aquisição da linguagem se opõe a essa noção de desenvolvimento, dando enfoque à heterogeneidade da fala da criança, uma vez que (1) expressões corretas e incorretas coexistem na fala de uma mesma criança; (2) a ordem de emergência de expressões na fala da criança não pode ser prevista a partir do grau de complexidade dessas expressões e (3) é a interpretação do adulto que dá eficácia à fala da criança (Lemos, 2006). Como consequência desse enfoque na heterogeneidade, a teoria interacionista propõe uma mudança de perspectiva: a criança é capturada pela lingua(gem), por um funcionamento linguístico-discursivo que a significa e que também lhe permite significar (Lemos, 2002b). Nesse sentido, o próprio termo “aquisição” (da língua pelo indivíduo) é posto em questão, pois, para a teoria interacionista, o que de fato ocorre é uma “captura” (do sujeito pela lingua(gem))²⁹.

A fim de melhor compreender a teoria interacionista desenvolvida por Lemos, neste capítulo investigaremos as causas da heterogeneidade na fala da criança,

²⁶ Segundo Castro (2009), a língua materna é aquela que constitui o sujeito, fazendo-o passar de *infans* a falante. Há, contudo, diferentes sentidos atribuídos à expressão “língua materna” – tais como “primeira língua”, “língua nativa”, “língua nacional”, dentre outros. Para uma breve discussão sobre o efeito de evidência desses sentidos, ver Aquino (2016).

²⁷ O conceito de “segunda língua” pressupõe a existência de uma “primeira língua” e, ainda, que esta última seja a língua materna. Contudo, Castro (2009, p. 11) alega, citando Milner, que a língua materna, por constituir o sujeito falante, é “incompatível com a serialização”.

²⁸ Para uma visão geral das modificações que a teoria gerativa sofreu ao longo do tempo no que tange a aquisição da linguagem, ver Scarpa (2001).

²⁹ Aqui, como veremos adiante, a substituição dos termos entre parênteses não é mero detalhe.

traçando um breve percurso pela trajetória da criança na/pela língua, a partir dos trabalhos de Figueira, Jakobson, Lacan, Lemos e Saussure.

3.1 Metáfora e metonímia como mecanismos de mudança

A teoria interacionista de Lemos parte da necessidade de escapar à naturalização da fala da criança, de reconhecer sua heterogeneidade/imprevisibilidade. Sendo assim, Lemos (2002b, 2006) aponta três principais indícios da mudança na fala da criança. São eles:

- (1) Expressões corretas e incorretas são encontradas na fala de uma mesma criança em um mesmo episódio de interação – o que significa dizer que essa fala é caracterizada por um deslocamento contínuo de significados;
- (2) A ordem de emergência de expressões na fala da criança não pode ser prevista a partir do grau de complexidade dessas expressões – isto é, as expressões mais complexas não emergem de maneira progressiva na fala da criança; e
- (3) É a interpretação do adulto que dá eficácia à fala da criança – ou seja, embora a fala da criança seja linguisticamente heterogênea e imprevisível, o adulto se dirige a ela e a interpreta (desde sempre) como falante de sua língua.

A partir desses indícios, a autora afirma que a fala da criança é “indeterminada do ponto de vista categorial” (Lemos, 2002b, p. 51) e que, conseqüentemente, “a criança não opera com as unidades e categorias postuladas pela teoria linguística” (Lemos, 1986, p. 245). Assim, descrever a fala da criança com categorias linguísticas já consolidadas na fala do adulto é descrever a atividade linguística exercida pelo próprio adulto-investigador na compreensão dessa fala (Lemos, 2002b)³⁰.

Ao focar na descrição categorial dos enunciados da criança, o adulto-investigador é incapaz de explicar a diacronia do processo de aquisição da linguagem, sobrepondo, na sua descrição, os pontos de chegada e de partida –

³⁰ Ao ver um cachorro e dizer “au-au”, por exemplo, o adulto pode assumir que a criança esteja dizendo “É um cachorro” ou “Deixa eu te mostrar o cachorro”, mas essas assunções não significam que a criança saiba que “au-au” é um substantivo e não um verbo – o que não quer dizer, contudo, que essas assunções sejam inúteis. Se servem de algo, essas assunções nos revelam que, ao interpretar a fala da criança de um modo ou de outro, o adulto afeta essa fala, não sendo, portanto, um mero provedor de *input* (como na teoria gerativa de Chomsky (1994 [1986])), mas um sujeito falante que de fato interage com o *infans* na construção de sentidos (Lemos, 2006).

sobreposição essa que Lemos (1982) define como o dilema/pecado original da área de Aquisição. Afinal, “se a aquisição de linguagem, de qualquer perspectiva teórico-epistemológica, implica mudanças, como proceder diante do mistério que envolve seu ponto de partida?” (Lemos, 2002b, p. 51).

Para a autora, uma saída desse dilema/pecado é vislumbrada no (re)encontro com as obras de Saussure, Jakobson e Lacan – (re)encontro que atribui a mudança na fala da criança aos processos metafóricos e metonímicos, constitutivos da linguagem.

De acordo com Saussure (2006 [1916], p. 24), “a língua é um sistema de signos”. Cada um desses signos é uma entidade psíquica composta pela relação entre dois termos – o significado (o conceito) e o significante (a imagem acústica/verbal) – e essa relação não é previamente determinada por nenhuma razão intrínseca, o que equivale a dizer que “o signo linguístico é arbitrário” (Saussure, 2006 [1916], p. 81)³¹. Mas se, por um lado, o princípio de arbitrariedade do signo permite a mudança/alteração da língua – isto é, “o deslocamento da relação entre o significado e o significante” (Saussure, 2006 [1916], p. 89) –, por outro lado, esse mesmo princípio garante a continuidade da língua – ao abrigá-la de toda e qualquer tentativa de modificá-la. Nas palavras do genebrino:

“O signo está em condições de alterar-se porque se continua. O que domina, em toda alteração, é a persistência da matéria velha; a infidelidade ao passado é apenas relativa. Eis porque o princípio de alteração se baseia no princípio de continuidade. [...] O mecanismo linguístico gira todo ele sobre identidades e diferenças, não sendo estas mais que a contraparte daquelas.” (Saussure, 2006 [1916], p. 89 e 126)

Para melhor explicar essa arbitrariedade relativa da língua, Saussure (2006 [1916], p. 136) atribui um caráter negativo ao signo linguístico, através da noção de valor. Embora o signo seja definido positivamente (enquanto a união entre significado e significante), sua relação com os outros signos, isto é, seu valor, só pode ser definido negativamente: “um signo é aquilo que os outros não são” (Saussure, 2006 [1916], p. 136). Assim, o que importa no signo não é o significado em si, mas as relações e as diferenças entre esse significado e os outros significados da língua – esse é o aspecto conceitual do valor. Do mesmo modo, o que importa no signo não é a matéria fônica em si, mas as relações e as diferenças

³¹ Não há, por exemplo, nenhuma relação intrínseca entre a sequência de fonemas /arvore/ e a ideia a que ela remete. Isso não quer dizer, contudo, que o significado dependa da livre escolha do falante, porque o signo é, de certo modo, convencional: “não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez que esteja ele estabelecido num grupo linguístico” (Saussure, 2006 [1916], p. 83).

entre essa matéria fônica e as outras matérias fônicas da língua – esse é o aspecto material do valor. Em suma, são as relações entre os signos – isto é, a posição relativa dos signos, e não sua posição absoluta/intrínseca – que estão em jogo no sistema linguístico.

Essas relações entre os signos, ainda segundo Saussure (2006 [1916]), são de dois tipos: associativas/paradigmáticas e sintagmáticas. As relações associativas/paradigmáticas se baseiam no caráter mnemônico da língua, na associação mental entre sintagmas³² que apresentam algo (significante e/ou significado) em comum. Essas relações dizem respeito aos agrupamentos substitutivos de sintagmas numa série virtual e existem, portanto, *in absentia*. Já as relações sintagmáticas se baseiam no caráter linear da língua, na impossibilidade de pronunciar dois ou mais elementos ao mesmo tempo. Essas relações dizem respeito às combinações entre sintagmas numa série efetiva e existem, portanto, *in praesentia*.

Se, por meio do valor e das relações paradigmáticas e sintagmáticas, a língua se constitui enquanto um sistema, então não é possível conceber uma apreensão progressiva e parcial da sua sistematicidade, como implicado pela noção de desenvolvimento (Lemos, 1995). Em outras palavras, o interacionismo assume o estruturalismo como fundamentação teórica para estudar a aquisição, porque:

“[O estruturalismo] permite dar conta do processo pelo qual o léxico é categorizado e também permite considerar a relação de solidariedade dessa categorização com a formação de estruturas. [...] Na medida em que os processos metafóricos e metonímicos dessa categorização são interdependentes, não é possível supor a aquisição ordenada de componentes: supor por exemplo que o léxico preceda e condicione a aquisição da morfologia e da sintaxe.” (Lemos, 1992, p. 128, tradução nossa)³³

A referência aos processos metafóricos e metonímicos se deve à reinterpretção feita por Jakobson (1976 [1956]) das relações paradigmáticas e sintagmáticas, respectivamente. O linguista russo apreende a sistematicidade da linguagem em diferentes situações (no cotidiano, na literatura, na afasia e na aquisição), o que o leva a associar a noção de paradigma à de metáfora e a noção

³² Sejam palavras, grupos de palavras, membros de frases/orações ou frases/orações inteiras – em suma, qualquer tipo de unidade linguística.

³³ No original: “[El estructuralismo] permite dar cuenta del proceso por el cual el léxico es categorizado y también permite considerar la relación de solidaridad de esa categorización con la formación de estructuras. [...] En la medida en que los procesos metafóricos y metonímicos responsables de esa categorización son interdependientes, no es posible suponer la adquisición ordenada de componentes: suponer por ejemplo que el léxico preceda e condicione la adquisición de la morfología y de la sintaxis.” (Lemos, 1992, p. 128)

de sintagma à de metonímia; aproximando, assim, os campos de estudo da linguagem. É a partir de Jakobson (1976 [1956]) que se pode considerar a metáfora e a metonímia enquanto processos constitutivos da linguagem (seja a linguagem em uso cotidiano, em uso literário, em dissolução ou em formação) – e atribuir a esses processos, portanto, o motivo da heterogeneidade na fala da criança. Em suma, são os processos metafóricos e metonímicos que explicam o mistério do ponto de partida, da linguagem nascente, na fala da criança – e também as mudanças características dessa fala (Lemos, 2002b).

Enquanto o processo metafórico se baseia na similaridade, na seleção, na substituição e na justaposição de signos – isto é, todo signo é passível de ser substituído por outro que lhe seja, em algum grau, similar –, o processo metonímico se baseia na contiguidade, na alternância e na combinação de signos – isto é, todo signo aparece contíguo a outros signos e/ou é composto de signos constituintes (Jakobson, 1976 [1956]). Mas, embora distintos, os dois processos são interdependentes (conforme a citação acima): o processo metafórico implica o metonímico, porque pressupõe tanto a ausência do elemento substituído quanto a presença que a cadeia guarda desse elemento; e o processo metonímico implica o metafórico, uma vez que a possibilidade de substituição é o que cria a própria cadeia/estrutura (Lemos, 1992).

Se, inicialmente, Jakobson (1976 [1956]) reinterpreta as relações saussurianas, Lacan (1998 [1957]), posteriormente, expande os processos jakobsonianos ao aproximar os funcionamentos da linguagem e do inconsciente³⁴. De acordo com o psicanalista, “o trabalho do sonho [que é a via régia do inconsciente] segue as leis do significante” (Lacan, 1998 [1957], p. 515): a metáfora, a relação substitutiva entre dois significantes, se liga ao trabalho de condensação, de superposição dos significantes; enquanto a metonímia, a presentificação de dois significantes, se liga ao trabalho de deslocamento, de transporte da significação. Para além disso, Lacan (1998 [1957], p. 522) descreve o sintoma como uma metáfora “em que a carne ou a função são tomadas como elemento significante” e o desejo como uma metonímia em que um significante se move para outro significante incessantemente. São essas aproximações dos funcionamentos da linguagem e do

³⁴ “Mas, acaso já não sentimos há algum tempo que, por ter seguido os caminhos da letra para chegar à verdade freudiana, ardemos em seu fogo, que consome por toda parte?” (Lacan, 1998 [1956], p. 512).

inconsciente, permitidas pela subversão da linguística saussuriana – ou seja, pela primazia do significante sobre o significado –, que levam Lacan (1998 [1957], 2003 [1973]) a postular que o inconsciente é estruturado como uma linguagem.

Como consequência teórica desse postulado lacaniano, os processos metafóricos e metonímicos, enquanto processos constitutivos da linguagem na aquisição, não são atividades conscientes, mas sim efeitos da linguagem sobre a própria linguagem (Lemos, 1992). E é nesse sentido que a teoria interacionista inverte a relação sujeito-objeto da psicologia do desenvolvimento, propondo uma mudança de perspectiva: a lingua(gem) captura o sujeito. Nas palavras de Lemos:

“O que a mim pareceu, então, coerente com essa autonomia e alteridade radical da língua foi dar a ela, à língua, a função de captura [...]. Considerada sua anterioridade lógica relativamente ao sujeito, o precede e, considerada em seu funcionamento simbólico, poder-se-ia inverter a relação sujeito-objeto, **conceber a criança como capturada por um funcionamento lingüístico-discursivo que não só a significa como lhe permite significar outra coisa, para além do que a significou.**” (Lemos, 2002b, p. 55, grifos nossos)

Assim, para a teoria interacionista, não há um sujeito no qual emerge a linguagem; há a linguagem na/pela qual emerge o sujeito:

“Pensar **o sujeito como efeito da linguagem** equivale, pois, literalmente, a subverter uma concepção de sujeito enquanto posicionado face à linguagem como objeto de conhecimento a ser apreendido ou construído. Ou, em outras palavras, a **considerar a criança, enquanto corpo pulsional, como capturada pelo funcionamento da língua na qual é significada, por um outro, como falante, antes mesmo de o ser.** Nesse sentido, pode-se dizer que **essa captura tem o efeito de colocá-la em uma estrutura** em que comparece o outro como instância de interpretação e o Outro como depósito e rede de significantes. Essa estrutura é a mesma em que se move o adulto (que é também o outro da criança), enquanto sujeito falante também submetido ao Outro.” (Lemos, 2001, p. 28-29, grifos nossos)

Em suma, a teoria interacionista concebe:

- (1) a criança (e mesmo o adulto) enquanto sujeito, dividido entre Isso³⁵, Eu³⁶ e Supereu³⁷, constituído na/pela lingua(gem) e dotado de um corpo pulsional cujo funcionamento é, desde sempre, condicionado pela linguagem e pelo inconsciente;

³⁵ “O isso é concebido como um conjunto de conteúdos de natureza pulsional e de ordem inconsciente.” (Plon & Roudinesco, 1998 [1997], p. 399).

³⁶ O Eu é a parte do Isso modificada pela influência do mundo exterior, pela percepção (Plon & Roudinesco, 1998 [1997]).

³⁷ “O supereu mergulha suas raízes no isso e, de uma maneira implacável, exerce as funções de juiz e censor em relação ao eu.” (Plon & Roudinesco, 1998 [1997], p. 744).

- (2) a linguagem enquanto estrutura preexistente ao sujeito – ou seja, não há uma “linguagem-objeto”, um “pré-linguístico” ou um “fora da linguagem” (Lemos, 2014); e
- (3) a trajetória de *infans* a falante enquanto captura do sujeito pela lingua(gem), processo de subjetivação no qual a criança assume (inconscientemente) diferentes posições em uma estrutura.³⁸

Sendo assim, as mudanças apreensíveis na fala de criança se devem às mudanças de posição dessa criança numa estrutura em que os processos metafóricos e metonímicos (nas figuras da fala do outro, da língua e do corpo pulsional do sujeito falante) estão indissociavelmente relacionados (Lemos, 2006). Nessa estrutura, a fala da criança pode ocupar três diferentes posições lógicas, à semelhança dos três tempos lógicos do complexo de Édipo (Lacan, 1999 [1958]). Assim, para explicar a aquisição da linguagem, o interacionismo adota uma metáfora espacial e lógica (ou seja, uma metáfora na qual as posições em uma estrutura podem se sobrepor umas às outras) – em oposição ao gerativismo, que adota uma metáfora linear e cronológica (ou seja, na qual os estágios de conhecimento sucedem uns aos outros) (Lemos, 2001).

Nas seções seguintes, buscamos estabelecer relações entre os três tempos do Édipo e as três posições da criança, com o intuito de aproximar a travessia da criança pelo complexo edipiano e a trajetória da criança na/pela lingua(gem) para melhor compreendê-las (e não com o intuito de estabelecer uma correspondência exata entre elas).

3.2 Primeiro tempo e primeira posição

Em seu retorno a Freud, Lacan (1999 [1958]) estabelece que o complexo de Édipo se divide em três tempos lógicos³⁹. No primeiro tempo, a criança se esboça

³⁸ Em oposição à teoria gerativa, que concebe:

- (1) a criança (e mesmo o adulto) enquanto indivíduo, exemplar de um conjunto de semelhantes (no caso, da espécie humana), dotado de um organismo cujo funcionamento é puramente biológico, pré-linguístico (Castro, 2003);
- (2) a linguagem enquanto capacidade inata, biológica, fazendo com que o interesse da teoria se volte para a língua, particularização dessa capacidade (Chomsky, 1994 [1986]); e
- (3) a trajetória de *infans* a falante enquanto aquisição da língua, processo mental de estabelecimento de parâmetros linguísticos.

³⁹ Vale ressaltar que toda a descrição dos três tempos realizada a partir daqui se refere ao complexo de Édipo nos meninos, tendo em vista que são eles o interesse do presente trabalho.

como assujeito, porque está assujeitada ao capricho da mãe⁴⁰. Na medida em que as primeiras simbolizações são constituídas pelo par significante do *fort-da*, a mãe constitui, para a criança, o ser primordial e essencial, o primeiro sujeito⁴¹. Sendo assim, no primeiro tempo, a criança depende do desejo da mãe: “seu desejo é o desejo do desejo da mãe” (Lacan, 1999 [1958], p. 188). Ou seja, a criança se identifica especularmente com o objeto de desejo da mãe, com o falo⁴² – portanto, a questão que se coloca para a criança neste tempo é ser ou não ser o falo.

Esse assujeitamento e essa dependência em relação à mãe comparecem na própria fala da criança na primeira posição. Assim como, no primeiro tempo, a criança deseja o desejo da mãe, na primeira posição, a fala da criança é dominada pelo processo metonímico – afinal, “o desejo é uma metonímia” (Lacan, 1998 [1957], p. 532). Essa dominância do processo metonímico se deixa ver na dependência da fala da criança em relação à fala da mãe/do outro⁴³:

(M. entrega para a mãe uma revista tipo Veja)
 M.: ó nenê/o auau
 Mãe: Auau? Vamo achá o auau? Ó, a moça tá **tomando banho**.
 M.: **ava? eva?**
 Mãe: É. Tá **lavando** o cabelo. Acho que essa revista não tem **auau** nenhum.
 M.: **auau**
 Mãe.: Só tem moça, carro, **telefone**.
 M.: **Alô?**
 Mãe.: Alô, quem fala? É a Mariana?
 (Mariana 1;02.15)
 (Lemos, 2002b, p. 52, grifos da autora)

Neste episódio de interação, os fragmentos “(l)ava? eva?” são convocados pela expressão “tomando banho”, assim como “alô?” é convocado por “telefone”. Desse modo, a “interpretação” da criança incide sobre aquilo que o enunciado da mãe traz de textos em que “lavar” e “tomar banho”, assim como “alô” e “telefone”, estão relacionados. Ainda: os enunciados da mãe, “interpretados” pela criança como parte de um todo, fazem com que esse todo compareça na fala da criança através de uma outra parte (Lemos, 2002b) – e daí a dominância do processo metonímico na primeira posição. Nesse sentido, a fala da criança não é mera

⁴⁰ Na teorização lacaniana, o termo “mãe” é empregado enquanto função, enquanto posição numa estrutura. Nesse sentido, “mãe” poderia ser facilmente substituído por “aquele(a) que ocupa a função/posição materna” ou mesmo “cuidador(a) primordial”.

⁴¹ Afinal, “não há sujeito se não houver um significante que o funde” (Lacan, 1999 [1958], p. 195).

⁴² O falo, pertencente à ordem simbólica, é um significante vazio, sem significado – é o próprio significante da falta (ou do desejo) (Plon & Roudinesco, 1998 [1997], p. 221).

⁴³ Essa mãe/esse outro não como indivíduo intérprete, mas como “lugar primordial de inserção da criança no funcionamento da língua” (Lemos, 1999, p. 14), como “posição subjetiva, efeito de funcionamento linguístico-discursivo, que lhe permite interpretar a criança” (Lemos, 1995, p. 24).

reprodução/imitação da fala da mãe, mas se ancora nessa fala ao incorporar fragmentos (outros) dela (Lemos, 1995).

Segundo Lemos (2002a), esses fragmentos, restos metonímicos da fala da mãe, são a “ponta do significante” (Lacan, 1985 [1956], p. 260) que permite a entrada do sujeito na rede dos significantes. Em outras palavras, na primeira posição, a fala da criança são restos metonímicos da fala da mãe, que apontam para a criança enquanto “um sujeito emergente no intervalo dos significantes do outro” (Lemos, 2002b, p. 58).

3.3 Segundo tempo e segunda posição

No segundo tempo do Édipo, o pai⁴⁴ – antes, no primeiro tempo, instância velada que priva o falo da mãe – intervém como instância simbólica, “sob a forma da lei, para privar a criança da fusão com a mãe” (Plon & Roudinesco, 1998 [1997], p. 168). Em outras palavras, o pai (mediado pelo discurso da mãe) intervém na relação mãe-criança, aparecendo como objeto rival, objeto do desejo da mãe, possuidor do falo, e também como portador da lei – lei da castração, da proibição do incesto e lei do desejo, do significante. Assim, neste tempo, a criança demonstra posturas emocionais ambivalentes em relação ao pai (Freud, 2014 [1917b]).

Já na segunda posição, a fala da criança é dominada pelo processo metafórico⁴⁵. Essa dominância do processo metafórico se deixa ver nos erros, estruturas linguísticas inovadoras, diferentes daquelas já estabelecidas/cristalizadas na fala do adulto (Figueira, 2005). Tais erros, juntamente com a impermeabilidade a correções, sinalizam um distanciamento da fala da mãe/do outro – ecoando a primeira forma de desejo: o desejo de separação (Lacan, 2005 [1963]; Lemos, 2002a).

Quando M. faz muito barulho, a mãe a repreende dizendo que ela vai acordar a vizinha, Flávia, que está dormindo. Durante este episódio, C. brinca com uma bola.)

Mãe: Esta bola faz muito **barulho**.

M.: A Fávía é **nananda**.

Mãe : É, a Flávia **está nanando** e você fica fazendo barulho.

(Mariana: 1;9.15)

(Lemos, 2002b, p. 53, grifos da autora)

⁴⁴ Na teorização lacaniana, assim como o termo “mãe”, o termo “pai” é empregado enquanto função, enquanto posição numa estrutura. Nesse sentido, “pai” poderia ser facilmente substituído por “aquele(a) que ocupa a função/posição paterna”.

⁴⁵ Talvez essa dominância do processo metafórico esteja relacionada ao sintoma, uma vez que “o sintoma é uma metáfora” (Lacan, 1998 [1957], p. 532) – mas isto é uma mera especulação.

Neste episódio, enquanto o processo metonímico se mostra na relação entre “barulho” e “A Fátia é nananda”, assinalando dependência da fala da mãe, o processo metafórico se mostra na relação entre “é nananda” e “está nanando”, assinalando distanciamento da fala da mãe. Na substituição de “é” por “está” e de “nananda” por “nanando”, a fala da criança coloca em relação o presente progressivo (“está nanando”) e as predicções nominais nas quais “ser” e “estar” se opõem e o predicativo concorda com o sujeito (como “é bonito/é bonita”, “está bonito/está bonita”) (Lemos, 2002b).

Nesse sentido, a fala da criança na segunda posição evidencia como a relação da criança com a mãe não é dual, mas atravessada pela língua enquanto Outro – isto é, enquanto um lugar simbólico, determinado pelo inconsciente, no/pelo qual se constitui o sujeito (Lacan, 1999 [1958]; Plon & Roudinesco, 1998 [1997]). Em outras palavras, ao se distanciar da fala do outro, a fala da criança se aproxima do funcionamento da própria língua, submetendo-se a ela – assim como, no segundo tempo do Édipo, ao recusar a fusão primordial, o sujeito se aproxima da lei do significante, da lei do desejo, submetendo-se a ela. Em suma, a fala da criança é efeito do funcionamento linguístico-discursivo tal qual a criança, enquanto sujeito, é efeito de significante⁴⁶.

Essa submissão da fala da criança ao funcionamento linguístico-discursivo, se revela, de fato, nos erros, característicos da segunda posição. Esses erros, conforme exemplificado acima, são “inovações analógicas” (Saussure, 2006 [1916], p. 196), ou seja, resultam da analogia, um mecanismo linguístico “que supõe um modelo e sua imitação regular” (Saussure, 2006 [1916], p. 187) e que indica a atividade contínua da língua⁴⁷. Desse modo, por resultarem da analogia, os erros na fala da criança:

- (1) são efeitos da língua sobre si mesma (Figueira, 2000), dos processos metafóricos e metonímicos⁴⁸ – não sendo, portanto, atividades conscientes⁴⁹;
e

⁴⁶ Nas palavras de Lacan (1998 [1960], p. 833), “um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante”.

⁴⁷ “A língua é um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido” (Saussure, 2006 [1916], p. 200). Ou ainda: na língua, “o novo é constituído em cima de matéria velha” (Figueira, 2010, p. 133).

⁴⁸ Ao que se constata que o erro na fala da criança é imprevisível, mas não aleatório (Lemos, 1995); é relativamente arbitrário, mas não absolutamente arbitrário (Saussure, 2006 [1916]).

⁴⁹ Tanto que a criança se mostra indiferente à inovação na sua própria fala (Figueira, 1995b).

(2) não têm o mesmo valor que seus supostos correspondentes na fala do adulto – apontando, portanto, para possibilidades (outras) da língua (Saussure, 2006 [1916]; Figueira, 2010, 2015).

Assim, os erros evidenciam a captura da criança pela língua(gem)⁵⁰, remetendo à equívocidade (Figueira, 2010; Lemos, 2002b, 2016), aos “sentidos alternativos que percorrem a materialidade da língua” (Figueira, 2005, p. 40).

Nesse sentido, a dominância do processo metafórico na segunda posição diz respeito ao deslizamento de significação (Lacan 1998 [1957]; Lemos, 2016): os fragmentos, oriundos da fala da mãe/do outro, “abandonam as cenas de origem e migram para outras, reencenando-as, significando-as através do cruzamento com outros fragmentos, oriundos de outras cenas” (Lemos, 2014, p. 960). Em suma, na segunda posição, a fala da criança são cadeias significantes convocadas por outras cadeias significantes (Lemos, 2002a), que apontam para a criança enquanto um sujeito emergente “no intervalo entre os significantes que metaforicamente se substituem” (Lemos, 2002b, p. 61)⁵¹.

3.4 Terceiro tempo e terceira posição

No terceiro tempo, o pai – portador da lei, mediador entre a mãe e o objeto de desejo da mãe e possuidor do falo – dá o falo à mãe e, com isso, castra a criança, impedindo a realização do seu desejo incestuoso (o desejo do desejo da mãe). Conforme Lacan (1998 [1960]), a castração imposta pelo pai significa a recusa à fusão primordial, à identificação com o objeto de desejo da mãe, para que o sujeito então se submeta à lei do significante, lei do desejo, que implica desejar sempre⁵². Em outras palavras, no terceiro tempo, o pai é aquele que introduz/transmite a falta como motor do desejo: a satisfação é sempre parcial, promovida pelo exercício do desejo.

Assim, a castração implica a substituição da mãe pelo pai na simbolização primordial, porque o investimento libidinal na mãe é abandonado e substituído pela identificação com o pai – isto é, o objeto inaugural de desejo da criança (o desejo da

⁵⁰ E, por essa razão, para a teoria interacionista, o erro é o dado de eleição, o objeto privilegiado de análise, no estudo da fala da criança (Figueira, 1992, 1995a, 1996).

⁵¹ “O deslizamento do significante para outro texto, faz assim obstáculo à coincidência e à consistência solidárias ao imaginário que governaria a relação mãe-criança, se o simbólico, sancionado pela metáfora paterna, sobre ele não incidisse.” (Lemos, 2002a, n.p.)

⁵² Nas palavras do psicanalista: “não há demanda [ou desejo] que não passe de algum modo pelos desfilamentos do significante” (Lacan, 1998 [1960], p. 826) e ainda “a castração, de qualquer modo, é o que rege o desejo” (Lacan, 1998 [1960], p. 841).

mãe) é recalçado e sublimado, substituído por outro objeto, em uma busca incessante pela satisfação universal (Freud, 2011 [1924]; Lacan, 1999 [1958]). Esse processo de recalque e de sublimação do objeto inaugural de desejo é garantido pelo Supereu, instância psíquica “herdeira” do complexo de Édipo (Freud, 2014 [1926]), que introjeta a autoridade do pai, instaurando a moralidade (Freud, 2011 [1925]).

Assim como, no terceiro tempo, o Supereu se forma e passa a exercer “as funções de juiz e censor em relação ao Eu” (Plon & Roudinesco; 1998 [1997]), na terceira posição, a fala da criança é, em certo sentido, “monitorada”, permeada por hesitações e reformulações, convocadas ou não pelo interlocutor (Lemos, 1995, 2002b). Desse modo, a fala da criança na terceira posição é dominada pelo avesso do processo metafórico, pelo “efeito de diferenciação das expressões que se apresenta como a outra face do efeito de semelhança que as vincula” (Lemos, 2002b, p. 62). Essa dominância do avesso do processo metafórico se deixa ver na relação entre a criança e sua própria fala, na relação entre a criança e seu próprio corpo pulsional – corpo que, articulado na/pela linguagem, por meio dela demanda interpretação (Lemos, 2002b):

Uma amiga da mãe (T.) da criança (V.) traçou no chão um jogo de amarelinha com um quadro a menos para (V.) e sua mãe brincarem.

V.: **Quase que** você não fez a amarelinha.

T.: O que, Verrô?

V.: **Faz tempo que** você não fez a amarelinha sua.

T.: O que, Verrô? Eu não entendi.

V.: **Está faltando** quadro na amarelinha sua.

(Verônica, 4;0.8)

(Lemos, 2006, p. 30, grifos da autora)

Neste episódio, as expressões reformuladas partilham, em parte, um mesmo conteúdo semântico; mas as substituições sucessivas indicam que a criança reconhece os erros na sua própria fala, identificando as diferenças que operam nos eixos paradigmático e sintagmático – e daí a dominância do avesso do processo metafórico – e também a alteridade de seu interlocutor (Lemos, 2006). Assim, na terceira posição, a criança assume posições discursivas diferentes, colocando-se como falante que supostamente controla a língua: dividida entre as posições de quem fala e de quem escuta, a criança comenta e reformula a própria fala, tomada

como um objeto (Lemos, 2014)⁵³. Em suma, na terceira posição, a fala da criança é ainda heterogênea, cindida, apontando para a criança enquanto um sujeito também cindido, emergente no intervalo “entre a instância que fala e a instância que escuta” (Lemos, 2002b, p. 62).

Após esse breve percurso pela trajetória da criança na/pela língua, ressaltamos que as três posições apresentadas acima são estruturais, e não cronológicas, uma vez que podem se sobrepor umas às outras. Por fim, destacamos que essas posições também comparecem na fala adulta, porém estão “eclipsadas” (Lemos, 2006). Assim, “tornar-se falante implica o recalque da posição de objeto do Outro” (Lemos, 2014, p. 954) – recalque este que opera como uma recondução do recalque primordial, “em torno do qual se organiza o inconsciente e se funda o sujeito como divisão” (Lemos, 2014, p. 962).

⁵³ Aqui, vale ressaltar o uso do advérbio “supostamente”: de fato, a criança não controla a língua, porque não há um “fora da linguagem” de onde o sujeito constitua a língua como objeto: a língua é causa de haver sujeito – e sujeito dividido (Lemos, 2014). Portanto, não é possível classificar o reconhecimento dos erros pela criança como “capacidade metalinguística”, noção que advém da concepção de linguagem como objeto de conhecimento e que camufla “o hiato entre essa fala que insiste no erro e a escuta que reconhece esse erro” (Lemos, 2002b, p. 62).

4 O GÊNERO COMO ZONA PRIVILEGIADA DE ERROS

Conforme apresentado no capítulo anterior, o erro evidencia a captura da criança pela língua(gem) ao apontar para possibilidades (outras) da língua – possibilidades essas permitidas pela analogia e pelo funcionamento da própria língua enquanto sistema (Saussure, 2006 [1916]; Figueira, 2010, 2015). Nesse sentido, o erro remete à equivocidade enquanto aspecto constitutivo da língua – isto é, remete ao fato de que uma expressão pode ser ela mesma e uma outra ao mesmo tempo (Figueira, 2010; Gadet & Pêcheux, 2004 [1981]; Lemos, 2002a, 2016).

De fato, uma língua é “um modo singular de fazer equívoco” (Milner, 2012 [1978], p. 22). Isto é, uma língua é um modo singular de fazer irromper o real, o impossível de ser simbolizado, “cujos temas mais frequentes são, é claro, o sexo e a morte” (Baldini & Mariani, 2013, p. 112). Nas palavras de Lacan (2003 [1973], p. 492):

Uma língua entre outras não é nada além da integral dos equívocos que sua história deixou persistirem nela. É o veio em que o real – o único, para o discurso analítico, a motivar seu resultado, o real de que não existe relação sexual⁵⁴ – se depositou ao longo das eras.

Descrito por Lemos (2002b) como uma “zona privilegiada de erros”, o gênero gramatical é, então, o espaço de equívoco, de incidência do real, no qual se cruzam a língua e a diferença sexual, a trajetória da criança na/pela língua e a travessia da criança pelo complexo edipiano. O erro de gênero gramatical é, portanto, fruto do deslocamento de discurso, da suspensão do significante; é, em suma, o inconsciente que fala (Lemos, 2016).

Ao voltar a atenção para o erro de gênero gramatical, Figueira (2005) analisa episódios nos quais a criança recusa uma forma linguística e a substitui por outra, associando o gênero gramatical do nome ao sexo do referente – revelando, assim, a sensibilidade da criança à diferença de sexo:

(A e J, as duas irmãs, ouvem um programa de auditório na tevê; a certa altura o apresentador dirige-se ao auditório com a saudação: Bom dia!)
 A: (A mais velha.) **Bom dia!**
 (J, a mais nova, faz uma intervenção, “corrigindo” a irmã.)
Bom dia é para homem. Bom dia é para mulher.
 (D – 5;2.17) (Figueira, 2005, p. 39, grifos nossos)

(J brinca de fazer entrevistas, como se fosse o repórter na televisão)

⁵⁴ Ou seja, “de que a completude é impossível e de que a castração opera em todos os registros da vida do ser falante” (Baldini, 2012, p. 66).

M: Eu tava perguntando se ia sair ou não a reportagem, Ju. E você é o repórter.

J: (levantando a voz) **Reporta.**

M: (rindo) “Reporta”? Por que “reporta”?

J: **Porque reporta é mulher. Que eu não quero ser homem. Eu sou reporta, vai.**

(D – 4;6.1)

(Figueira, 2005, p. 38, grifos nossos)

Quanto a expressões que se referem ao próprio sujeito falante, Figueira (2005) conclui que, na fala de meninas entre 2 e 5 anos de idade, há um deslizamento unidirecional das marcas de gênero gramatical: de marcas supostamente masculinas para marcas femininas (como de “repórter” para “repórta”)⁵⁵. Segundo a autora, “é aí que a criança inscreve – de maneira inequívoca a qualquer interpretação – a sua inegociável condição de menina” (Figueira, 2005, p. 38). Após essa conclusão, Figueira (2005) aponta para o que poderia ser visto como uma “lacuna” de sua investigação: a necessidade de analisar o mesmo tipo de erro na fala de meninos – e é justamente esta a proposta deste trabalho.

Assim, assumindo o interacionismo como fundamentação teórica, o objetivo geral do presente trabalho é investigar a existência de erros de gênero gramatical em expressões que se referem ao próprio sujeito falante na fala de crianças do sexo masculino, cuja língua materna é o Português Brasileiro (PB), durante a travessia pelo complexo edipiano (isto é, entre 2 e 5 anos de idade). E uma vez que Figueira (2005) constata, na fala de meninas, um deslizamento unidirecional das marcas de gênero – de um suposto masculino para o feminino –, nossa hipótese é de que haja, na fala de meninos, um deslizamento unidirecional de sentido contrário – isto é, de um suposto feminino para o masculino –, como no episódio a seguir:

(A mãe de Pedro chama a atenção do garoto para Lucas, que tem 6 anos e que acaba de perder seus dentes de leite)

M: Cê viu o Lucas? Cê viu, Pedro? O Lucas tá banguela.

P: Não é banguela, é **banguelo.**

(D – 2;4)

(Figueira, 2005, p. 39, grifos nossos)

Em suma, nossa hipótese é de que, em consonância com Figueira (2005), o gênero gramatical seria o espaço no qual a criança inscreveria, de maneira inequívoca, sua inegociável condição de menino.

⁵⁵ Dizemos marcas “supostamente” masculinas aqui porque são marcas supostas pela criança enquanto sendo masculinas – o que não significa que essas marcas sejam necessariamente assumidas como masculinas na fala do adulto.

5 O MÉTODO E O DADO

Por evidenciar a captura do sujeito pela língua(gem), o erro é teórica e metodologicamente relevante no estudo da fala da criança (Figueira, 1992, 1995a, 1996). De acordo com Figueira (2015), o erro é o lugar do singular entre os fatos gerais no processo de aquisição da língua materna: as crianças erram em quantidades e em lugares diferentes e também de modos diferentes – ou seja, não há regularidade nos achados de vários sujeitos e nem sequer nos achados de um mesmo sujeito. Por esse motivo, os estudos interacionistas se beneficiam da metodologia longitudinal – afinal, segundo Perroni (1996), a teoria dita o método e o método gera o dado. Ou ainda: “é o ponto de vista que cria o objeto” (Saussure, 2006 [1916], p. 15).

Iniciada pelos diaristas (linguistas e filólogos que, no século XIX, estudavam a fala dos próprios filhos, tanto por interesse paterno quanto profissional), a metodologia longitudinal consiste no acompanhamento das mudanças na fala de uma mesma criança ao longo do tempo. O dado (ou mesmo o conjunto de dados, o material⁵⁶) gerado por esta metodologia são registros escritos, em áudio ou em vídeo daquilo que a criança diz em situação naturalística (em ambiente e atividades cotidianas) – registros que são, posteriormente, transcritos da maneira mais apropriada para o estudo em questão (Scarpa, 2001).

As vantagens desta metodologia, de acordo com Perroni (1996), são: (1) o caráter qualitativo, e não quantitativo, do material; (2) uma maior aproximação da naturalidade; e, conseqüentemente, (3) a emergência (e não imposição) de categorias descritivas. Nas palavras da autora: “o dado é o que acontece, não o que deveria acontecer, nem o que está faltando” (Perroni, 1996, p. 22). Já as limitações desta metodologia, ainda de acordo com Perroni (1996), são: (1) o paradoxo do observador, a possibilidade de que o investigador intervenha na “naturalidade” da situação, afetando a fala da criança; (2) a seleção do vasto material obtido, que pode privilegiar um aspecto em detrimento de outro; e (3) o tempo e a mão-de-obra requeridos para obter, selecionar e analisar os dados. Por fim, há também uma crítica frequente à metodologia longitudinal: a impossibilidade de replicabilidade e,

⁵⁶ Em consonância com Lemos (2003), não utilizamos o termo “*corpus*”, porque, etimologicamente, este termo remete à separação de corpo e alma/mente, aludindo à posição teórico-metodológica de que é preciso “ultrapassar a fala de um corpo para chegar à língua” (Lemos, 2003, p. 28) – posição esta incompatível com a teoria interacionista, que concebe o sujeito falante enquanto dotado de um corpo pulsional, desde sempre articulado na/pela linguagem (Castro, 2003).

consequentemente, de atingir generalidade; mas essa crítica apenas indica uma “inquietação diante da diversidade” e uma “crença cega na uniformidade da mente em desenvolvimento” (Perroni, 1996, p. 25), comumente levando à homogeneização/higienização dos dados obtidos pela fala da criança (Lemos, 1982).

Conforme apresentado nos capítulos anteriores, a unidade de análise da teoria interacionista é o texto, o diálogo adulto-criança, o episódio (Lemos, 1986). Segundo Lemos, (1992), os processos metafóricos e metonímicos se dão entre cadeias/enunciados que guardam uma relação textual, linguístico-discursiva, entre si. Então, ao propor o diálogo como unidade de análise, a teoria interacionista traz a linguagem “para o primeiro plano” (Lemos, 1999). Em suma, o texto aponta para a emergência concomitante de aspectos discursivos e de aspectos linguísticos na fala da criança e por isso é o foco do estudo da fala da criança (Lemos, 2001). Assim, para a teoria interacionista, o texto não é um nível de estratificação além da sentença, mas um domínio no qual língua e discurso são indissociáveis, um domínio do qual o sujeito falante não pode ser excluído. O texto é, de fato, o espaço no qual se dá a ver “a singularidade de um corpo que fala” (Lemos, 1995, p. 18).

No que tange ao presente trabalho, o conjunto de episódios a ser analisado foi coletado pelo Projeto de Aquisição da Linguagem Oral (1970 - 1988), o primeiro projeto em Ciências Humanas financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (Castro, 2005). Fundado e coordenado por Lemos, o Projeto era composto por uma equipe de investigadoras que registrava semanalmente, em áudio ou em vídeo, a fala de 12 crianças, observadas longitudinalmente entre 0 e 5 anos de idade (CEDAE, c2013). Dessas 12 crianças, foram selecionados para este trabalho 3 meninos: os sujeitos FE, LU e TI.

Assim, neste trabalho, os sujeitos FE, LU e TI são observados longitudinalmente (1;09 a 2;04, 1;06 a 2;03 e 0;11 a 5;00, respectivamente) a partir das 201 gravações coletadas entre 1970 e 1981 pelo Projeto de Aquisição da Linguagem Oral e atualmente arquivadas no Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio (CEDAE – IEL/Unicamp). Recentemente convertidas no formato *mp3*, essas gravações consistem em áudios semanais de cerca de 30 minutos de duração, nos quais o sujeito (de classe média alta, filho de professores universitários) interage com investigadores e/ou familiares próximos. O material para análise foi obtido a partir da escuta desses áudios e das transcrições dos episódios

(isto é, dos diálogos adulto-criança) nos quais ocorrem erros de gênero gramatical. Em todos os episódios transcritos estão indicados o contexto e os participantes da interação, bem como a idade do sujeito em questão (no seguinte formato: número de anos seguido de ponto-e-vírgula, número de meses seguido de ponto simples e número de dias).

6 O MATERIAL SOB O OLHAR DO ERRO DE GÊNERO GRAMATICAL

No material analisado por Figueira (2005), ao recusar uma forma linguística e a substituir por outra, a criança toma o signo autonomamente⁵⁷. Assim, a criança demonstra que reconhece a diferença entre a sua fala e a fala do adulto, característica própria da terceira posição. Para além disso, também no material analisado por Figueira (2005), os erros de gênero incidem sobre expressões que se referem ao sexo do próprio sujeito falante e, por essa razão, apresentam um deslizamento unidirecional das marcas de gênero (de um suposto masculino para o feminino).

Contudo, no material aqui analisado, os sujeitos FE, LU e TI tomam o signo mundanamente/ordinariamente⁵⁸. Assim, os sujeitos se encontram deslocados/ressignificados pela língua, característica própria da segunda posição. Para além disso, também no material aqui analisado, os erros de gênero incidem sobre expressões que não se referem ao próprio sujeito falante e (talvez justamente por essa razão) não apresentam um deslizamento unidirecional das marcas de gênero, como veremos a seguir.

Ao todo, foram encontrados no material dez episódios de erros de gênero gramatical: em seis deles (um de FE, um de LU e quatro de TI), expressões femininas na fala do adulto são tidas como masculinas na fala da criança; enquanto nos outros quatro restantes (todos de TI), expressões masculinas na fala do adulto são tidas como femininas na fala da criança. A seguir, serão reproduzidos e analisados os seis episódios nos quais as marcas de gênero deslizam do feminino (conforme a fala do adulto) para o masculino.

Episódio 1

(Investigadora mostra uma imagem a FE)

I: Fê, olha que bonita a tartaruga, olha... Olha aqui ó. (Pausa) Que linda a tartaruga.

FE: É o Beto. É o -

I: Risos.

FE: É o luga.

IE: É... O Beto, né?

FE: É o luga.

I: É o Beto.

FE: É o aluga. Aluga.

I: É, a tartaruga, né?

⁵⁷ O signo autônomo é o signo empregado em menção, remetendo a si mesmo como signo. Marcado por um estatuto morfossintático particular, o signo autônomo pode ser destacado por uma pausa na entonação ou colocado entre aspas e pode, ainda, ser antecedido de marcadores formais como “o termo”, “a palavra”, “a expressão”. Em PB, uma outra marca permite reconhecê-lo: a supressão do determinante (Figueira, 2001; Rey-Debove, 1978).

⁵⁸ O signo mundano/ordinário é o signo empregado em uso, remetendo a uma entidade no mundo e não a si mesmo como signo (Figueira, 2001; Rey-Debove, 1978).

(FE 1;11.27)

Episódio 2

(LU está brincando com o pai, chama pela mãe e sai à procura dela. Há uma pausa no áudio.)

LU: Põe aí gira-finha.

M: Hã?

LU: Põe aí girafinha.

M: Ah, cê qué que põe a girafa aqui?

LU: Eu quero.

(Mãe faz o que L pediu. Girafa cai.)

LU: Caiu girafa.

M: Vai dormir?

LU: Vai. Mimi. Tá péto **esse girafa**. Péto **do girafa**.

M: O quê?!

LU: Péto **do girafa**.

M: Ah, tá perto da girafa?

LU: É.

M: Hum.

(LU 1;09.21)

No episódio 1, há uma associação entre “tartaruga” e “Beto”, que leva a uma correlação entre gênero gramatical e sexo – algo como “se a tartaruga é macho, então é ‘o tartaruga’”⁵⁹. Assim, na fala de FE, há correlação entre gênero gramatical e sexo. Já no episódio 2, embora o nome sobre o qual o erro incide também seja de um animal, não é possível afirmar se há ou não esse deslocamento – porque, na fala de LU, não há menção ao sexo ou ao nome próprio da girafa de brinquedo. Mas, apesar dessa diferença, ambos os episódios sustentam a descrição mattosiana da marcação de gênero redundante – isto é, de que o artigo (assim como outros determinantes e os adjetivos) é responsável pela atribuição do gênero aos nomes em PB (Mattoso Câmara, 2021 [1969], 2019 [1970]) –, uma vez que o erro de gênero se dá justamente no determinante (de “a” para “o”; de “essa/da” para “esse/do”), sem que haja mudança da vogal final do nome em questão (“tartaruga”, e não “tartarugo”; “girafa”, e não “girafo”).

Episódio 3

(TI e a mãe estão brincando com um avião.)

M: Você quer que ele anda em pé assim?

TI: É... Não.

M: Não?

⁵⁹ Este é um discurso-transverso (Pêcheux, 2014 [1975]) que se revela a partir de uma cadeia de funcionamentos discursivos. Consideremos:

A = nome próprio de gênero masculino

B = nome comum de gênero masculino

C = referente de gênero/sexo masculino

Inicialmente, tem-se que A → B (discurso transverso):

“Se o nome próprio é de gênero masculino, então o nome comum é de gênero masculino.”

Contudo, ao menos em PB, A = C (pré-construído):

“O nome próprio ser de gênero masculino significa que o referente é de gênero/sexo masculino.” (e vice-versa)

Assim, C → B (discurso-transverso):

“Se o referente é de gênero/sexo masculino, então o nome comum é de gênero masculino.”

TI: Ati.
 M: Qué guardá?
 TI: **No garagem**, né, mãe.
 M: Ah, cê quer que ele vá pra garagem?
 TI: É.
 M: No garagem?
 TI: É.
 M: Tá falando igual meus alunos.⁶⁰
 (TI 3;00.08)

Episódio 4

(TI quer tirar as rodas dos carrinhos de brinquedo, mas a mãe tenta convencê-lo de que é melhor não tirá-las, enquanto a investigadora os assiste.)
 M: Tem muito carro com roda aqui, né, Tiago?
 TI: É.
 M: Esse aí tá bonito assim.
 (Pausa)
 TI: **Garagi do caminhão é muito bonito**.
 M: É...
 I: Que que ele disse?
 M: A garagi do caminhão é muito bonito. (Falando para T) Onde que fica a garagem?
 (T olha para os lados.)
 TI: Lá na parede.
 M: Lá na parede?
 TI: É.
 (TI 3;00.21)

Os episódios 3 e 4 retratam erros de gênero gramatical que incidem sobre o mesmo nome (“garagem”) e ambos sustentam a descrição de Mattoso Câmara (2021 [1969], 2019 [1970]) mencionada anteriormente, uma vez que os erros de gênero se dão no determinante (de “na” para “no”) e no adjetivo (de “bonita” para “bonito”), sem alteração do nome em questão (“garagem”, e não “garajo”, por exemplo).

A proximidade de “bonito” com “caminhão” poderia ser levantada como possível explicação para a marcação de gênero gramatical masculino; algo equivalente a afirmar que o caminho seguido pela criança é o mais simples. Contudo, para Figueira (1995), a explicação da fala da criança não deve assumir essa rota cognitiva: na realidade, a fala da criança (“garagi do caminhão é muito bonito”) é uma resignificação da fala da mãe (como “esse aí tá bonito assim” e outros enunciados de outros episódios de interação).

Episódio 5

(TI e a mãe estão se preparando para dormir, no quarto de TI.)
 M: Deixa a mamãe vai pôr aqui, ó, o microfone em cima do pano.
 (Ruído de microfonia.)
 M: Aí... Vamo dormir.
 TI: E, uma, tá, fito?
 M: Hein?
 TI: Posso... **A fito**, mãe. // Posso... **Afito**, mãe.

⁶⁰ Esta fala da mãe de TI se refere a alunos adultos para os quais o português é uma língua adicional, e não materna.

M: A fita tá rodando. Agora você... Tá sentado no travesseiro, mas você vai deitá, né?
 TI: É.
 (TI 2;06.27)

O episódio 5, em oposição aos episódios anteriores, não sustenta a descrição mattosiana da marcação redundante (Mattoso Câmara, 2021 [1969], 2019 [1970]), uma vez que o erro de gênero se dá na vogal final do nome, tomada como indicadora de gênero (de “fita” para “fito”), sem que haja alteração no determinante (“a fito”, e não “o fita”). Inclusive, é possível supor que, uma vez alterada a vogal final (de “-a” para “-o”), o determinante tenha sido tomado, na fala de TI, como parte integrante do nome (“afito”, e não “a fito”), numa correlação entre “-o” e a noção de masculino (Kehdi, 1979, 1990) – à semelhança do erro “o amoto”, analisado por Figueira (2001).

Episódio 6

(TI, a mãe e a investigadora estão conversando.)
 I: Daniele, o Tiago foi à escola hoje?
 M: Foi.
 I: Foi?
 M: (Falando para T) Que carro que você foi hoje? No carro azul?
 TI: Não. No marrom.
 M: No marrom?
 TI: É.
 M: Mas num é ônibus não, né?
 TI: Não.
 M: Que que é?
 TI: **Peru**.
 M: (Rindo) Peru?
 I: Peru?
 M: Ou peruca? É peruca?
 TI: É.
 M: Hum.
 (TI 3;05.02)

Por fim, o episódio 6 sustenta a descrição mattosiana da oposição privativa formal entre masculino e feminino em PB (Mattoso Câmara, 2019 [1970]), uma vez que o erro de gênero se dá por meio do uso da desinência zero, e não de “-o” (“peru”, e não “peruo”, por exemplo). É plausível supor que o erro na fala da TI tenha se dado por analogia (Saussure, 2006 [1916]; Figueira, 2010, 2015) com as formas “(o) carro” e “(o) ônibus”, ambas masculinas, presentes na fala da mãe e conhecidas pela criança.

Como se pode notar, os episódios (1)–(6) sustentam a hipótese do deslizamento unidirecional. Contudo, os episódios (7)–(10) não sustentam essa hipótese: neles, as marcas de gênero deslizam do masculino (conforme a fala do adulto) para o feminino.

Episódio 7

(TI está mexendo em um ônibus de brinquedo enquanto a mãe e a investigadora assistem.)

M: E o motorista? Cadê o motorista?

TI: Tá aqui o moto...

M: Ah, o que vai na frente é o motorista. Isso.

TI: Aqui vem... Na frente **da moto-rista**. // A que vem... Na frente **da moto-rista**.

M: Ah.

I: Na frente da motorista.

M: Hoje ele rima. Até de gênero. Tá... Botando tudo no feminino: a Aquaplay, a motorista.

TI: (inaudível)

M: Que é, Tiago?

TI: Aqui vem, aqui vem, **a motorista**. // A que vem, a que vem, **a motorista**.

I: Motorista vai na frente, né, Tiago?

(TI 2;08.01)

Embora a mãe de TI de fato seja motorista, não é possível afirmar se, no episódio 7, há ou não correlação entre gênero gramatical e sexo – porque, na fala de TI, não há menção à mãe. De todo modo, na fala da TI, a vogal final “-a” é mobilizada como desinência de gênero, levando à alteração do determinante (de “o” para “a”) – conforme a descrição de Mattoso Câmara (2021 [1969], 2019 [1970]) sobre a marcação redundante. Essa análise é sustentada pela repetição da fala da criança e pelas observações da mãe, que demonstram, ambas, um certo estranhamento com a forma “(d)a motorista”, pouco comum na época. Esse estranhamento condiz com a descrição de Sandmann (1991), segundo a qual a formação do feminino no substantivo é mais difícil e demorada que a formação do feminino no adjetivo (indicando que a natureza do morfema de gênero é derivacional no substantivo, mas flexional no adjetivo).

Ainda neste episódio, vale notar que a fala de TI possibilita duas interpretações distintas: (1) “aqui vem, aqui vem, a motorista”, indicando o lugar, uma vez que esse é o assunto que desencadeia a interação (a mãe pergunta “cadê o motorista?” e afirma que o motorista vai “na frente”); e (2) “a que vem, a que vem, a motorista”, enfatizando a pessoa, conforme a fala da mãe (“o que vem na frente é o motorista” ressignificado como “a que vem [na frente é] a motorista”).

Episódio 8

(T, a mãe e a investigadora folheiam juntos um livro de figuras.)

TI: Ó o oto macaco, Ósa! Ósa, o oto macaco.

I: Hum... Mas esse livro é só de macaco, já cheguei a essa conclusão. Né, Tiago?

TI: O oto macaco, Ósa!

M: Olha esse que feio... Fala olha que feia, Rosa, fala. (Pausa) Olha que macaco feio.

TI: Ósa, olha **macaco feia**.

I: Macaco feia? (Falando pra mãe) É, cê tava falando que ele hoje tá no feminino... É uma fase de feminino.

(TI 2;08.01)

O episódio 8 também sustenta a descrição de Mattoso Câmara (2021 [1969], 2019 [1970]) sobre a marcação redundante, uma vez que o erro de gênero se dá no

adjetivo (de “feio” para “feia”), sem que haja alteração no substantivo em questão (“macaco”, e não “macaca”).

Neste episódio, o erro incide sobre o nome de um animal, assim como nos episódios 1 e 2. Por esse motivo, em um primeiro momento, seria possível supor que houvesse, na fala de TI, uma correlação entre gênero gramatical e sexo. Mas, por se tratar de uma gravação em áudio – isto é, por não ser possível visualizar as figuras do livro –, não é possível afirmar se há ou não essa correlação.

De todo modo, a fala da mãe, que alterna entre as formas “feio” e “feia”, já oferece, por si só, uma explicação para o erro na fala de TI. Não pela assunção de uma rota cognitiva, no sentido de que o erro é resultado de uma “confusão mental” por parte da criança; mas no sentido de que, assim como apontado na análise do episódio 4, a fala da mãe (“olha esse que feio [...] olha que feia [...] olha que macaco feio”) é ressignificada pela fala da criança (“olha macaco feia”) (Figueira, 1995).

Episódio 9

(TI e a irmã B estão brincando com diferentes tipos de carrinho enquanto a mãe e a investigadora os assistem.)

TI: Be-enice, num é guincho não.

B: Não? Como é que é?

TI: É guincho não.

M: É gancho, diga.

TI: É caminhão.

M: Caminhão com gancho, diga pra Berenice.

TI: Caminhão com **gancha**.

B: Gan-cho.

M: (Falando para a investigadora) Aí ele, é... Na hora que ele pode, ele dá uma de autoridade.

TI: (Choraminguando) A Be-enice, mamãe.

B: Tá, é caminhão de gancha.

M: Que que é? Que que a Berenice tá falando?

B: Ele falou caminhão de gancha.

TI: Caminhão de **gancha**, Be-enice.

B: Caminhão de gan-cho.

TI: (Choraminguando) Aham.

B: É caminhão de gan-cho.

TI: A Be-enice, mamanhê.

I: (Falando para T) Vai... Fala a Berenice tá chateando o Tiago.

(TI 2;07.10)

O episódio 9, assim como o episódio 5, não sustenta a descrição da marcação redundante (Mattoso Câmara, 2019 [1970]), uma vez que o erro de gênero se dá na vogal final do nome, tomada como indicadora de gênero (de “gancho” para “gancha”), sem que haja alteração no determinante (até porque em “com gancha” não há determinante). Neste episódio, é notável o fato de que, mesmo sendo corrigido pela irmã, TI insiste na forma divergente, repetindo-a várias vezes e recorrendo à mãe para ajudá-lo no conflito, para reforçar sua “autoridade”. Assim, o

episódio 9 exemplifica claramente a impermeabilidade das correções e o distanciamento da fala do outro, característicos da segunda posição.

Episódio 10

(TI, a mãe, a colega L e a investigadora estão folheando juntos um livro de figuras.)

TI: É **a mendoim!**

M: Que que tá fazendo com o amendoim?

TI: Cozinhando.

(L tosse.)

TI: Tá cozinhano **mendoim**.

M: Será que a Luciana sabe como é que faz o, como é que cozinha o amendoim?

TI: É, fazeno fogo no fogão.

I: Hum.

TI: E **a mendoim quebrada**.

I: Amendoim quebrada? Hum.

M: E por que que a gente quebra o amendoim, Tiago?

TI: Pa abri.

M: Hum.

TI: E **otas mendoim! Bastante mendoim**.

I: É.

TI: **Mendoim!**

(TI 4;03.13)

Por fim, no episódio 10, o erro de gênero não se dá pela substituição de um segmento por outro, como nos episódios anteriores, mas sim por uma quebra outra, equivocada (e mesmo inusitada, ao menos do ponto de vista do adulto), do significante em questão: “amendoim” tomado como “a mendoim”. Em outras palavras, a vogal inicial do nome é tomada como seu determinante devido a uma reinterpretação da sequência fônica – ao que TI diz “a mendoim quebrada” e “otas mendoim”, e não “(o) (a)mendoim quebrado” e “otos (a)mendoim”. Assim, o erro de gênero neste episódio se dá “no lugar que, pela convergência de som e sentido, há potencialidade de fazer signo” (Figueira, 2000, p. 41), demonstrando que, de fato, a aquisição da linguagem não se dá pela aquisição dos níveis linguísticos isolados e de maneira sequencial, mas sim pela aquisição dos níveis linguísticos relacionados entre si e de maneira não-sequencial (Figueira, 1995b).

Em suma, em todos os episódios transcritos e analisados neste capítulo, os erros de gênero gramatical incidem sobre formas que não se referem ao sujeito-falante. Inclusive, embora em alguns momentos a referência pareça ser ao gênero da interlocutora ou de um dos objetos do discurso (como nos episódios 1, 2, 7 e 8), a maioria dos episódios encontrados não são semanticamente motivados, porque não estabelecem uma correlação entre gênero gramatical e sexo. Nesse sentido, o presente trabalho indica o caráter produtivo do erro de gênero gramatical, pois sua ocorrência não se restringe a expressões cujo critério de atribuição de gênero gramatical é semântico (Corbett, 1991). Em outras palavras, o presente

trabalho indica que, na fala de crianças (ou, ao menos, de meninos) durante o processo de aquisição do PB como língua materna, o erro de gênero gramatical também pode ocorrer em expressões cujo critério de atribuição de gênero gramatical é morfofonológico (Corbett, 1991). Ainda, o presente trabalho também indica que, nessas expressões, o erro de gênero não parece seguir um deslizamento unidirecional – não tendendo nem ao masculino, nem ao feminino.

7 O MATERIAL SOB OUTROS (BREVES) OLHARES

Antes de encaminhar às considerações finais deste trabalho, tomamos a liberdade de reproduzir e analisar (brevemente) alguns outros episódios, também encontrados no material.

Episódio 11

(TI e sua mãe estão folheando um livro de figuras.)

M: É, vamo abrir aqui. (Pausa) Ó... **o leite do gatinho.**

TI: É **o papa!**

M: É o papa do **gatinho.**

TI: **Miau.**

M: Do miau.

O episódio 11 exemplifica a fala da criança na primeira posição, marcada pela dependência da fala da criança em relação à fala da mãe/do outro. Neste episódio, a expressão “o papa” é convocada por “leite do gatinho”, assim como “miau” é convocado por “gatinho”. Desse modo, a “interpretação” de TI incide sobre aquilo que o enunciado da mãe traz de textos em que “o papa” e “o leite do gatinho”, assim como “miau” e “gatinho”, estão relacionados. Ou seja, os enunciados da mãe, “interpretados” pela criança como parte de um todo, fazem com que esse todo compareça na fala da criança através de uma outra parte (Lemos, 2002b) – evidenciando o funcionamento do processo metonímico, característico da primeira posição.

Episódio 12

(TI está contando uma história para a investigadora.)

TI: Aí... **Ela** tá doente.

I: É?

TI: **A menina.**

I: É. E que que a polícia tá fazeno pra...

TI: A menina foi pro hospital

I: Isso.

TI: **O guarda** levou pro hospital.

I: Isso mesmo. A menina...

TI: **A polícia, quer dizer.**

I: É. Isso mesmo, Tiago. Isso mesmo.

O episódio 12, por sua vez, exemplifica a fala da criança na terceira posição, marcada pela relação entre a criança e sua própria fala, pela relação entre a criança e seu próprio corpo pulsional – corpo que, articulado na/pela linguagem, por meio dela demanda interpretação (Lemos, 2002b). Neste episódio, a fala de TI é permeada por hesitações e reformulações: além de reformular “ela” como “a menina”, TI também reformula “o guarda” como “a polícia” – evidenciando o funcionamento do avesso do processo metafórico, característico da terceira posição.

Episódio 13

(Investigadora e FE estão conversando. Depois de um breve silêncio, FE diz:)

FE: Sou... **Sou é homi. Sou é homi. Homi.**

I: É?
 FE: **Sou homi.**
 I: É?
 FE: **Um homi. Nando. Nando.**
 I: (Pausa) Cê é um nenê, num é?
 FE: (Pausa) **Sou homi.**
 I: Cê é um homi?
 FE: Sim... Um... **Homi abalhá. Homi abalhá.**
 I: Homem vai trabalhá?
 FE: É. (Pausa longa) Num... Num sei. Homi... Num sei. Num sei. Num sei abalh-
 I: Cê num sabe o-
 FE: Num sei abalhá.
 I: Cê num sabe trabalhá?
 FE: Não.
 I: (Pausa longa) Precisa aprender, né?
 FE: Apendeu.
 I: (Risos) Aprendeu?
 (FE 1;09.05)

Episódio 14

(LU e sua mãe estão conversando.)

M: Clarinha arrumô sua cama?
 LU: Não. (Pausa) Papai arrumô.
 M: Papai que arrumô?
 LU: É.
 M: É?
 LU: É.
 M: Papai é um lindo?
 LU: É... **Papai é lindo, nada.**
 M: Num é lindo, não?
 LU: Nada.
 M: **Por quê?**
 LU: **Papaizão.**
 M: É papaizão?
 LU: É papaiz-
 M: Mas é papaizão lindo, né?
 LU: Cadê papai, manhê?
 M: Papai já foi trabalhá, bem.
 LU: Tabalhá?
 M: Foi.
 (LU 2;02.22)

Por fim, retomando a temática do gênero, os episódios 13 e 14 indicam que a diferença entre os gêneros se revela às crianças não apenas no plano linguístico, mas também no plano discursivo. A associação, na fala de FE, entre “ser homem” e “trabalhar” encoberta um discurso transversal (Pêcheux, 2014 [1975]) segundo o qual “Se (você) é homem, então (você) vai trabalhar”. E a desassociação, na fala de LU, entre “papai” e “lindo”, justificada por “papaizão”, indica que expressões associadas à beleza (como “lindo”) não podem ser atribuídas a expressões masculinas (como “papai”), enquanto que expressões associadas à grandiosidade (como o aumentativo “-(z)ão”), sim.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, assumimos a posição de que, se o erro põe em evidência a captura do sujeito pela lingua(gem) e se a captura pela lingua(gem) é condição mesma de ser sujeito (Lemos, 2014), então todo e qualquer erro é marca de subjetivação da criança na/pela língua. A particularidade do erro de gênero gramatical em PB se deve à relação dessa categoria linguística com o sexual, com a pura diferença, com o desprovido de sentido.

Figueira (2005) aponta que, na fala de meninas, no que tange a expressões que se referem ao próprio sujeito falante, o erro de gênero gramatical tende ao feminino – esse erro seria o modo como a criança inscreve, na língua, sua “inegociável condição de menina” (Figueira, 2005, p. 38). Por conta das limitações do próprio material, o presente trabalho não pôde investigar se um apontamento análogo ao de Figueira (2005) poderia ser feito sobre a fala de meninos; contudo, o trabalho aponta para o fato de que, na fala de meninos, no que tange a expressões que não se referem ao sujeito falante (ou mesmo a nenhum ser sexuado), o erro de gênero gramatical não tende nem ao masculino, nem ao feminino – talvez, justamente, por não se referir ao sujeito falante, por não se valer dessa motivação semântica do sexo para a marcação de gênero.

Mas, para confirmar essa suposição, seriam necessários novos estudos. Mesmo porque a hipótese do deslizamento unidirecional parece se fundamentar em um discurso transversal (Pêcheux, 2014 [1975]) segundo o qual “se (você) é do sexo masculino, as marcas de gênero (na sua fala) deslizam para o masculino”. Mas porque será que “ser masculino” levaria, necessariamente, a “marcar no masculino”? E quem afinal atribui masculinidade a esses sujeitos? Será que não estamos inseridos em uma heteronormatividade muito marcada?

Já dizia Freud (2016 [1905]) que a bissexualidade é constitutiva, que “apenas com a puberdade se estabelece a nítida separação entre caracteres masculinos e femininos” (p. 138) e que:

No caso do ser humano, nem no sentido psicológico nem no biológico se acha uma pura masculinidade ou feminilidade. Cada pessoa apresenta, isto sim, uma mescla da característica biológica do seu sexo com traços biológicos do outro sexo, e uma combinação de atividade e passividade, tanto na medida em que esses traços de caráter psíquicos dependam dos biológicos como em que sejam independentes. (Freud, 2016 [1905], p. 139-140)

Mas, para além da teorização freudiana, Laqueur (2001 [1992]) demonstra que o dimorfismo sexual não é uma evidência anatômica/científica, inquestionável e

a-histórica, mas sim consequência de uma revolução epistemológica e tecnológica, profundamente implicada na política (de poder) do gênero.

Historicamente, as diferenciações de gênero precederam as diferenciações de sexo.

[...]

A história da representação das diferenças anatômicas entre o homem e a mulher é extraordinariamente independente das verdadeiras estruturas desses órgãos, ou do que se conhecia sobre elas. A ideologia, não a exatidão da observação, determinava como eles eram vistos e quais eram as diferenças importantes.

[...]

O sexo, se não inteiramente convencional, tampouco é solidamente corpóreo. (Laqueur, 2001 [1992], p. 75, 11 e 165, respectivamente)

Um outro questionamento levantado por esta pesquisa diz respeito ao modo com que a Linguística, enquanto campo de saber, constrói a oposição entre intralinguístico e extralinguístico – afinal, em que medida o gênero na/da língua estabelece (ou não) relações com o sexo no/do meio social?

Já no que tange diretamente à fala da criança, para além de investigar a correlação entre gênero gramatical e sexo, também se faz necessário investigar como a diferença sexual se revela no plano discursivo – à semelhança dos episódios 13 e 14 – e em quais outros espaços da língua o erro de gênero gramatical pode ocorrer. Ainda: embora o erro seja o dado de eleição, o objeto privilegiado de análise, na teoria interacionista (Figueira, 1992, 1995a, 1996), estudos que exploram a fala da criança nas outras posições são sempre necessários e bem-vindos, porque podem elucidar o processo de aquisição/subjetivação como um todo.

Por fim, estudos que estabeleçam relações entre as teorizações de Lemos e de Lacan – à semelhança do que apresentamos no capítulo 3 – seriam valiosos no que tange à investigação entre a língua e a sexualidade, entre o linguístico e o sexual. A partir desses estudos, poderíamos compreender melhor os pontos de encontro (e de desencontro) entre a Linguística e a Psicanálise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Gioni Caê. **Manual para o uso da linguagem neutra em língua portuguesa**. 2020. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/informes/manual-de-linguagem-neutra/Manualdelinguagemneutraport.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- AQUINO, José E. Para além da figura da mãe: reflexos sobre a noção de língua materna. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, n. 37, p. 125-153, 2016.
- ARISTÓFANES. **As nuvens**. Trad. Gilda R. Starzynski. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- BALDINI, Lauro. Lalíngua inatingível. *In*: MARIANI, Bethania; ROMÃO, Lucilia M. S.; MEDEIROS, Vanice. **Dois campos em (des) enlances: discursos em Pêcheux e Lacan**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p. 63-73.
- BALDINI, Lauro; MARIANI, Bethania. O real é o nome que se dá ao inominável. *In*: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria C. L.; MITTMANN, Solange. **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 103-114.
- BARBOSA FILHO, Fábio; OTHERO, Gabriel de Ávila. **Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate**. Parábola, 2022.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. São Paulo: Nacional, 2009 [1961].
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria nº 36, 28 de janeiro de 1959. **Nomenclatura Gramatical Brasileira**, Rio de Janeiro, 28 jan. 1959. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/notaveis/NGB.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2023.
- CASTRO, Maria F. P. Apontamentos sobre o corpo da linguagem. *In*: LEITE (org.). **Corpolinguagem: gestos e afetos**. Campinas: Mercado das Letras, 2003. p. 47-60.
- _____. Sobre o Projeto de Aquisição de Linguagem e a obra de sua fundadora: uma homenagem a Cláudia Lemos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 47, n. 1/2, p. 11-16, 2005.
- _____. A fala infantil e a aquisição da língua materna: reflexões em torno de um paradoxo. *In*: CORTINA, Arnaldo; NASSER, Silvia M. G. C. **Sujeito e linguagem**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p 11-29.
- Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio. Disponível em: <https://www.iel.unicamp.br/cedae/>. Acesso em: 17 nov. 2024.
- CHOMSKY, Noam. **O conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso**. Trad. Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves. Lisboa: Editorial Caminho, 1994 [1986].

CINTRA, Geraldo. A flexão nominal em Mattoso Câmara e outras análises. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 20, p. 85-104, 2004.

CORBETT, Greville. **Gender**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

CRUZ, Rafaely C. **O gênero na aquisição da linguagem: suas manifestações na fala de uma criança brasileira (1;11 a 4;10)**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas: SP, 2018, 113p.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016 [1985].

FIGUEIRA, Rosa A. Algumas Considerações sobre o Erro como Dado de Eleição nos Estudos de Aquisição da Linguagem pela Criança Normal. *In: Anais do II ENAL*, Porto Alegre, v. 1. p. 131-141, 1992.

_____. Erro e Enigma na Aquisição da Linguagem. **Letras de Hoje**, Porto Alegre-RS, v. 30, n.4, p. 145-162, 1995a.

_____. A palavra divergente: previsibilidade e imprevisibilidade nas inovações lexicais da fala de duas crianças. *In: Trabalhos de linguística aplicada*, Campinas, v. 26, p. 49-80, 1995b

_____. O erro como dado de eleição nos estudos de aquisição da linguagem. *In: CASTRO, Maria F. P. (org.). O método e o dado no estudo da Linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 55-86.

_____. Dados anedóticos: quando a fala da criança provoca o riso... Humor e aquisição da linguagem. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, v. 3, n. 6, p. 27-61, 2000.

_____. Marcas Insólitas na Aquisição do Gênero. Evidência do fato autonímico na língua e no discurso. **Linguística**, São Paulo, v. 13, p. 97-144, 2001.

_____. A criança na língua: erros de gênero como marcas de subjetivação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 47, n 1/2 , p. 29-47, 2005.

_____. O que a investigação sobre o erro na fala da criança deve a Saussure. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 52, p. 115-143, 2010.

_____. A analogia: seu lugar na trajetória linguística de cada criança. *In: Da Hora et al. (org.). ALFAL 50 Anos: contribuições para os estudos linguísticos e filológicos*. João Pessoa: Ideia, 2015, p. 1773-1816.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *In: Obras completas de Sigmund Freud, vol. 6*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 [1905]. p. 13-172.

_____. A vida sexual humana. *In: Obras completas de Sigmund Freud, vol. 13.* São Paulo: Companhia das Letras, 2014 [1917a]. p. 326-344.

_____. O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais. *In: Obras completas de Sigmund Freud, vol. 13.* São Paulo: Companhia das Letras, 2014 [1917b]. p. 344-365.

_____. A dissolução do complexo de Édipo. *In: Obras Completas de Sigmund Freud, vol. 16.* São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1924]. p. 182-192.

_____. Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. *In: Obras completas de Sigmund Freud, vol. 16.* São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1925]. p. 256-271.

_____. A questão da análise leiga. *In: Obras completas de Sigmund Freud, vol. 17,* São Paulo: Companhia das Letras, 2014 [1926]. p. 99-186.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível.** Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004 [1981].

GOUVEIA, Maria C. F. A categoria gramatical de gênero do português antigo ao português actual. *In: RIO-TORTO, Graça Maria; FIGUEIREDO, Olívia Maria; SILVA, Fátima (Coord.). Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela.* Porto: FLUP, 2005. p. 527-544. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/13383>. Acesso em: 09 nov. 2023.

HASPELMATH, Martin; SIMS, Andrea D. **Understanding morphology.** London: Hodder Education, 2010.

JAKOBSON, Roman. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. *In: _____.* **Linguística e comunicação.** Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1976 [1956].

KEHDI, Valter. A flexão de gênero em português. **Língua e Literatura**, v. 8, p. 315-318, 1979.

_____. **Morfemas do português.** São Paulo, Editora Ática, 1990.

LACAN, Jacques. Metáfora e metonímia (II): articulação significativa e transferência de significado. *In: _____.* **O seminário, livro 3: as psicoses.** Trad. Aluísio Menezes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985 [1956], p. 253-262.

_____. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. *In: Escritos.* Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 [1957], p. 496-533.

_____. Os três tempos do Édipo. *In: O seminário, livro 5: as formações do inconsciente.* Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1999 [1958], p. 185-220.

_____. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. *In: Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 [1960], p. 807-842.

_____. Do a aos Nomes-do-Pai. *In: O seminário, livro 10: a angústia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2005 [1963], p. 352-366.

_____. O aturdido. *In: _____*. **Outros escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003 [1973], p. 448-497.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001 [1992].

LEMOS, Claudia de. Sobre aquisição da linguagem e seu dilema (pecado) original. **Boletim da Abralín**, 3, p. 97-126, 1982.

_____. Interacionismo e aquisição de linguagem. **Delta**. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 2, n. 2, p. 231-248, 1986.

_____. Processos metafóricos y metonímicos como mecanismo de cambio. **Substratum**, 1, p. 121-135, 1992.

_____. Língua e discurso na teorização sobre a aquisição da linguagem. **Letras de Hoje**, Porto Alegre-RS, v. 30, n.4, p. 9-28, 1995.

_____. Sobre o "interacionismo". **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 11-16, 1999.

_____. Sobre o estatuto linguístico e discursivo na narrativa da fala da criança. **Linguística**, São Paulo, v. 13, p. 23-60, 2001.

_____. Sobre fragmentos e holófrases. **Colóquio do LEPSI IP/FE-USP**, São Paulo, v. 3, 2002a. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032001000300005&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 20 ago. 2024.

_____. Das Vicissitudes da Fala da Criança e de sua Investigação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 42, p. 41-69. Campinas, 2002b.

_____. Corpo e corpus. *In: LEITE, Nina (org.)*. **Corpolingüagem: gestos e afetos**. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 21-30.

_____. Uma Crítica (Radical) à Noção de Desenvolvimento na Aquisição da Linguagem. *In: LIER-DEVITTO, M. L.; ARANTES, L. (org.)*. **Aquisição, Patologias e Clínica de Linguagem**. São Paulo: Educ, 2006. p. 21-32.

_____. A criança e o linguista: modos de habitar a língua?. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 954-964, 2014.

_____. O Curso de Linguística Geral de Saussure no retorno a Freud de Lacan. **Revista Cult**, São Paulo, ano 19, n. 216, p. 58-61, set. 2016.

LURAGHI, Silvia. The origin of the Proto-Indo-European gender system: typological considerations. **Folia Linguística**, v. 45, n. 2, p. 435-464, 2011.

MARTIN, John W. Gênero. **Revista Brasileira de Lingüística**, v. 2, n. 1, p. 3-8, 1975.

MATTOSO CÂMARA, Joaquim. **Problemas de linguística descritiva**. Petrópolis: Vozes, 2021 [1969].

_____. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2019 [1970].

_____. **Dispersos**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972.

_____. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1985 [1975].

MILNER, Jean-Claude. O amor da língua. Trad. Paulo Sérgio de Souza Júnior. Campinas: Editora da Unicamp, 2012 [1978].

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014 [1975].

PERINI, Mário. **Gramática descritiva do português brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2016.

PERRONI, Maria C. O que é o dado em aquisição da linguagem? *In*: CASTRO, Maria F. P. (org.). **O método e o dado no estudo da Linguagem**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 15-20.

PLON, Michel; ROUDINESCO, Elisabeth. **Dicionário de psicanálise**. Trad. Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 [1997].

REY-DEBOVE, Josette. **Le métalangage: étude linguistique du discours sur le langage**. Paris: Le Robert, 1978.

RIBEIRO, João. **Grammatica portugueza (curso superior)**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1920.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011 [1957].

RUY, Maria Lucilia. O ANTIQUÁRIO VARRÃO. **PRINCIPIA**, n. 27, p. 1-9, 2013.

SANDMANN, Antônio José. **Morfologia geral**. São Paulo: Contexto, 1991.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Editora Cultrix, 2006 [1916].

SCARPA, Ester M. Aquisição da Linguagem. *In*: BENTES, Anna C.; MUSSALIM, Fernanda (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v. 2. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012 [2001]. p. 241-271.

SCHWINDT, Luiz C. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. **Revista da Abralín**, v. 19, n. 1, p. 1-23, 2020.

SÓFOCLES. Édipo rei. *In*: _____. **A trilogia tebana**. Trad. Mario da Gama Kury. 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997 [1989]. p. 19-99.

VERÍSSIMO, Luís F. A sexa. *In*: _____. **Comédias para se ler na escola**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 53-54.